



FACULDADE KURIOS – FAK
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – INGLÊS

MARIA APARECIDA VERAS

**A AUSÊNCIA DO ENSINO DE GRAMÁTICA MODERNA – ANÁLISE
COMPARATIVA REALIZADA NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
FRANCISCO SOARES MOURÃO 6º ANO E NA ESCOLA GERARDO MAJELLA
MELLO MOURÃO SALA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO**

MARANGUAPE-CEARÁ

2017

MARIA APARECIDA VERAS

**A AUSÊNCIA DO ENSINO DE GRAMÁTICA MODERNA – ANÁLISE
COMPARATIVA REALIZADA NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
FRANCISCO SOARES MOURÃO 6º ANO E NA ESCOLA GERARDO MAJELLA
MELLO MOURÃO SALA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO**

Monografia apresentada a FAK –
Faculdade Kurios, como requisito parcial
para Conclusão do Curso de Letras
Inglês, sob a orientação da Professora
Especialista Luzirene Paiva de Sena.

MARANGUAPE – CEARÁ

2017

MARIA APARECIDA VERAS

**A AUSÊNCIA DO ENSINO DE GRAMÁTICA MODERNA – ANÁLISE
COMPARATIVA REALIZADA NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
FRANCISCO SOARES MOURÃO 6º ANO E NA ESCOLA GERARDO MAJELLA
MELLO MOURÃO SALA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO**

Monografia apresentada a Faculdade Kurios – FAK, como requisito para conclusão do Curso Licenciatura Plena em Letras Língua Inglesa.

Monografia Aprovada em ____/____/____.

Conceito: _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Orientadora: Professora Especialista Luzirene Paiva de Sena

Examinador: Professor Especialista José Américo Ribeiro Matos

Examinador: Professor Especialista Oliveira Rodrigues Pereira

MARANGUAPE – CEARÁ

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por permitir-me desfrutar de um momento tão lindo, e por sempre me guiar por todos os caminhos.

Agradeço aos meus pais, por serem meus leais incentivadores, meus guias e a minha base.

Agradeço a todos, por sempre me animar e dar-me força em todos os momentos, por sempre estarem comigo.

Agradeço aos meus poucos amigos, por que juntamente com a minha família torceram por mim, em todos os momentos, para que eu sempre seguisse independente de todos os momentos.

Agradeço a mim mesma, porque juntamente com minha família, torci e tive força de vontade para querer tornar-me uma pessoa melhor.

Dedico este trabalho a minha família, por serem meus incentivadores do meu sucesso e por sempre estarem comigo em todos os momentos. Dedico também aos meus amigos.

“Não há nada de nobre em ser superior ao seu próximo; a verdadeira nobreza é superior ao seu ego”.

Ernest Hemingway.

RESUMO

Durante muito tempo a escola acreditou que a causa do fracasso escolar estava ligado, único e exclusivamente, à gramática normativa, pois ela, em sua formação, chega a ser, muitas vezes, excludente, atribuindo dessa forma à disciplina de Língua Portuguesa, de forma errônea a falta de acepção dos discentes relacionados ao ensino de língua materna. Este trabalho apresenta dados que comprovam que uma parcela de tal fracasso está atrelado de forma determinante à família, que é a base formadora do indivíduo, a escola que tem o papel de ensinar de forma satisfatória e também ao sistema educacional que por muitas e muitas vezes faz cobranças desmedidas à respeito de muitos conteúdos que não são apresentados aos estudantes, mas são cobrados depois, como se tivessem sido inferidos na sala de aula. Os conceitos abordados contam com análises feitas na sala em sala de aula abordando o conteúdo de Língua Materna em sala de aula, para que os dados sejam apresentados de forma precisa. O presente trabalho mostra a importância do ensino de gramatical adequado dentro da sala de aula, para que a aquisição dos conteúdos sejam usados corretamente no dia a dia e de acordo com as situações pertinentes, e procurando também quebrar a ideia de a gramática normativa é algo que possa ser aprendida apenas pela classe privilegiada, como a própria sociedade acredita e dissemina no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino. Língua materna. Disciplina. Gramática. Acepção. Portuguesa.

ABSTRACT

For a long time the school believed that the cause of school failure was linked, exclusively and exclusively to normative grammar, since in its formation it often becomes exclusive, thus attributing to the Portuguese language discipline, in a wrong way the lack of meaning Of the students related to mother tongue teaching. This work presents data that prove that a portion of such failure is linked in a determinant way to the family, which is the formative basis of the individual, the school that has the role of teaching satisfactorily and also to the educational system that for many, many times Makes excessive charges about many contents that are not presented to students, but are charged later, as if they had been inferred in the classroom. The concepts discussed rely on analyzes made in the classroom in order to discuss the content of the mother tongue in the classroom, so that the data is presented in a precise way. The present work shows the importance of adequate grammar teaching within the classroom, so that content acquisition is used correctly in everyday life and according to relevant situations, and also seeking to break the idea of normative grammar is something Which can be learned only by the privileged class, as society itself believes and disseminates in Brazil.

KEYWORDS: Teaching. Mother tongue. Discipline. Grammar. Meaning. Portuguese.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 CONCEPÇÃO DE GRAMÁTICA TRADICIONAL.....	11
2.1 O surgimento da gramática.....	17
2.2 O método de ensino tradicional – como era.....	20
2.3 A concepção de certo e errado.....	25
3 NOVA CONCEPÇÃO DO ENSINO DE GRAMÁTICA.....	33
3.1 A gramática contextualizada.....	37
3.2 O ensino de gramática baseados no PCN.....	40
3.3 A orientação dos descritores para o ensino de gramática.....	43
4 UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO/REGRESSÃO DO ENSINO DE GRAMÁTICA MODERNA COM ENFOQUE NAS TURMAS DO 6° ANO B E 1° ANO B.....	48
4.1 O ensino de gramática moderna com análise na sala do 6° ano B da Escola Francisco Soares Mourão.....	49
4.2 O ensino de gramática moderna com análise na sala do 1° ano B da Escola Gerardo Majella Mello Mourão.....	53
4.3 Evolução ou regressão do ensino de gramática moderna com enfoque nas Escolas Francisco Soares Mourão e Gerardo Majella Mello Mourão.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
APÊNDICES	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O trabalho pedagógico com a língua em muitas salas de aula ainda deixa a desejar em muitos pontos. Trabalhar com a gramática deixa espaços em branco e interpelações que são constantemente feitas por aqueles que estudam mais a fundo a forma de ensinar a língua portuguesa dentro e também além do ambiente escolar, no qual muitos professores, alunos e famílias estão ligados dentro de uma sociedade que está sempre em processo de mudança e evolução contínua. Trabalhar com a linguagem requer que o profissional que está atuando, pondere suas atitudes e leve em consideração distinções que os discentes apresentam, sempre lembrando-se que não existe sala de aula homogênea.

O presente trabalho mostra e fala de pontos substanciais nos quais existem e apontam falhas dentro da disciplina de língua portuguesa, fazendo assim uma abordagem sobre a língua usada, falada e escrita e também quanto ao seu tratamento dentro da sala de aula. Este trabalho mostra que apesar das melhorias que o ensino de língua materna vem alcançando, ainda existem práticas e ideias que não levam o devido conhecimento suscitado de forma implícita pelo aluno, e aponta que algumas vezes são erros técnicos que o discente não compreende.

O segundo capítulo faz uma abordagem sobre a concepção de gramática tradicional, mostrando pontos e fazendo contrapontos das denominações do que é arcaico e do que é tradicional. Faz-se também um estudo a respeito da gramática tradicional, evidenciando suas raízes e vertentes que implicaram diretamente no surgimento da língua portuguesa, analisando como era o método tradicional e as concepções da sociedade de certo e errado.

O terceiro capítulo mostra a importância dos moldes e bases do ensino de língua materna no espaço brasileiro. De uma forma importante e sucinta apresenta as formas de gramática, quebrando mitos e observando paradigmas sobre o conteúdo gramatical que é oferecido na escola brasileira moderna e baseado nos modelos tradicionais com foco na herança grega e Greco-romana.

O quarto capítulo traz uma abordagem sobre a gramática contextualizada, o modelo e ensino gramatical baseado nos descritores e nos PCN. Apresentando muitos pontos diferentes, sobre o olhar de muitos autores conceituados, com suas teorias voltadas especificamente para a área da língua portuguesa, e sua aplicação

na sala de aula, mostra também o estudo para acepção dentro da sala de aula com a atuação dentro da sociedade.

O capítulo cinco faz análise comparativa, com aplicação de questionários nas salas de aula do 6° ano B e 1° ano B das escolas Francisco Soares Mourão e Gerardo Majella Mello Mourão, ambas localizadas no distrito de Matriz de São Gonçalo. As análises foram feitas em momentos diferentes buscando extrair o máximo de conteúdo verossímil, ou seja, conteúdo realmente trabalhado e aplicados nas salas supracitadas.

Esta monografia é fruto de uma pesquisa que observa, baseada nos estudos feitos nas escolas já mencionadas que a uma boa parte do conteúdo que é usado como material base ou material de apoio, ainda é pouco, pois deixa a desejar na execução, ou falha por omissão do que a própria escola, enquanto discentes necessitam. Aponta também o sistema educacional como um ser que rotula e colecionador de avaliações falaciosas.

2 CONCEPÇÃO DE GRAMÁTICA TRADICIONAL

O que é gramática? Este é um questionamento que só pode ser respondido de forma imparcial porque, uma vez a questão levantada, há necessidade de pesquisa. O dicionário de linguística e gramática de Joaquim Mattoso a define como: “Estudo de uma língua examinada como sistema de meio de expressão (Saussure, 1922, 185)”. Eis a primeira definição que o dicionário apresenta, porém, ele vai adiante no discorrer da significação da gramática decompondo-a e definindo.

Mais estritamente é o estudo dos morfemas (v. morfema), ou MORFOLOGIA, e dos processos de estruturação do sintagma (v.). Pode-se acrescentar os estudos dos traços fônicos, e da grafia correspondente, que permitem a apreensão linguística pela distinção acústica dos elementos enunciados, na língua oral (v. fonologia e fonêmica), e, na língua escrita, a leitura do texto (v.). Trata, portanto, a gramática: a) dos fonemas e sua combinação; b) dos morfemas e sua estruturação (sintagma lexical); c) dos sintagmas de vocábulos. Daí as suas três partes gerais respectivamente: a) Fonema; b) Morfologia; c) SINTAXE (v. frase) (MATTOSO, 2011, p. 160).

Esta primeira parte Mattoso a intitula de descritiva, pois ela se propõe a fazer uma descrição da língua, e, Mattoso baseado nos estudos de Saussure ele também a define por uma forma sincrônica, pois é cientificamente conduzida, ou seja, de maneira sistemática, objetiva e coerente.

Pode-se também afirmar mais precisamente como um estudo de mecanismo de comunicação de análise e estrutura e uma configuração formal e que se propõe a descrever as regras da língua falada, as quais independem do que a gramática normativa prescreve como correto, é ela que orienta o trabalho dos linguistas cuja preocupação é descrever e também explicar as línguas tais como elas são faladas. Assim, atuando de uma forma dissimilar da gramática normativa, na gramática descritiva, as regras derivam do uso da língua.

Mattoso é enfático e reproduz o pensamento do filósofo alemão Wilhelm Von Humboldt na sua forma de ver o ensino descritivo. Para ele o ensino descritivo, na sua forma implícita compreende a análise da forma externa de sua língua (seus sons vocais, suas desinências e assim por diante) e a análise de sua forma interna, cuja, a finalidade é a abrangência de um mundo de significações, sendo esta, a melhor forma de penetrar em forma de entendimento psicológico fugindo do filosófico tradicional.

Outra forma de gramática destacada, é, por sua vez, a mais polêmica que é a gramática normativa ou gramática tradicional, também conhecida como língua padrão ou de prestígio. Esta é uma gramática que se diz pura, pois não admite erros e rotula os elementos da língua como certo e errado. Não dispõe tanto de cientificidade como as outras porque é uma gramática de cunho pedagógico, e de uma forma ortodoxa de ensino dispensando assim as circunstâncias do convívio social em que os sujeitos estão envolvidos e rígida na forma estrutural da fala e escrita.

Cabe a gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modeladores de exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos (BECHARA, 2009, p. 52).

Existem obviamente outras formas de gramática como a internalizada, histórica e comparada. A que também chama atenção por ser outra forma polêmica é a internalizada ou não padrão. Esta visa produzir um grande contingente de sentenças gramaticais destinadas a exprimir e reproduzir qualquer forma de pensamento que um falante possa articular, levando em considerações os contextos sociais e culturais.

Falar e discutir a respeito da gramática é tomar rumos diferentes, e enveredar por caminhos sobrecarregados de controvérsias, desde, as mais distintas, até as mais previsíveis. Se seguirmos as vertentes de todos os pressupostos que circulam no entorno da língua, podemos chegar a inúmeras conclusões, e a partir daí adotar diversos ou um único posicionamento. São essas duas as questões que perpetuam o ensino de gramática moderna na escola brasileira.

O ensino de gramática tradicionalista tem por objetivo central estabelecer a competência comunicativa dos indivíduos usando o domínio da oralidade, escrita em uma modalidade culta, ou seja, a modalidade padrão. A linguagem padrão é usada por estudiosos, pesquisadores, pessoas eminentes, etc.

No entanto não é somente às pessoas de um poder aquisitivo elevado que ela é, a língua de prestígio é destinada. A norma culta é destinada a todos no currículo escolar, mas acontece que muitos têm acesso de uma forma mais abrangente e outros não têm muito acesso. Todos esses grupos de pessoas mencionadas já

passaram pelo ensino escolar, assim como a grande camada popular da sociedade, só que em ambos os casos o ensino é inferido de formas diferentes.

São gerados muitos acertos e equívocos sobre o uso de como a forma gramatical nas escolas deve ser aplicado. Não podemos mensurar os motivos pelos quais escrevemos, na sociedade contemporânea falamos, escrevemos usamos símbolos e decodificamos o tempo inteiro. Os símbolos foram evoluindo até que fossem criados os primeiros alfabetos. A escrita é algo dissimilar a outras formas de expressões do mundo porque ela automaticamente trás o indivíduo ao modo de leitura, assim como, também a motiva, instiga. Leva-o também a uma forma de pensamento, raciocino daquilo que se estrutura na mente.

Na escola pública atual (não generalizando) o ensino de gramática moderna está cada vez decadente. É discutido o ensino arcaico e tradicional. Porém, há divergência nessas duas condições. Segundo o dicionário Aurélio online diz a respeito da palavra arcaico: “1. Antiquado; velho, antigo.” “2. Diz-se dos tempos geológicos anteriores à Era Primária”. Baseados nisso podemos denominar como arcaico como obsoleto, algo que não passou pelo processo evolutivo natural das coisas, que está uma forma de estagnação e não tem peso na sociedade ou a sociedade.

E o que é tradição? Uma das definições do dicionário online Priberam diz: “Símbolo, memória, recordação, uso, hábito”. Dessa forma denominamos como tradicional as raízes que são fincadas, aquilo no qual podemos nos basear e que tem relevância na sociedade. O arcaico não se adapta ao novo e o tradicional é acrescentado e pode ser melhorado.

Então, é equivocado dizer que todo o ensino tradicional é arcaico, pois tal definição. O método tradicional dispõe da fragmentação das frases, orações, textos enunciados etc. Faz análises das classes de palavras, se apropria da língua ditando suas regras. Pois defende que o sujeito que fala e frequenta a escola é capaz de absorver tudo que ali é ensinado. O ser humano é dotado de inteligência, e saber dominar a própria língua é um fator no qual requer esforço, e que ele é capaz.

Quando alguém é capaz de falar uma língua é então capaz de usar, apropriadamente, as regras (fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas) dessa língua (além, é claro, de outras de natureza pragmática) na produção de textos interpretáveis e relevantes. Aprender uma língua é, portanto adquirir, entre outras coisas, o conhecimento das regras de formação dos enunciados dessa língua.

Quer dizer, não existe falante sem conhecimento de gramática. (ANTUNES, 2009, p. 85,86).

O tradicionalismo é focado na estruturação estética e coerente das enunciações, frases, etc. No âmbito dessa discussão de tradição, cabe esclarecer que as regras no ensino tradicional são normas, orientações acerca do uso das unidades da língua, elas mostram como combiná-las para que sua produção tenha como frutos determinados efeitos nos enunciados e contextos que possam ser interpretáveis e uma atmosfera com um propósito adequado aos fins pretendidos na forma de interação.

Dentro do ensino tradicional de gramática destaca-se um dos pontos mais críticos: a ortografia. Pode-se designar como uma norma que unifica a escrita das palavras, a parte da gramática normativa que ensina a escrever corretamente as palavras de uma língua, independente do seu idioma. O tradicionalismo gramatical prioriza escrita correta das palavras. Morais (2010) em seu livro “ortografia: ensinar e aprender”, fala que a convenção social, é um saber que a criança não pode descobrir sozinha, requer ajuda e atenção, e diz que quando ela começa a depreender a escrita alfabética e consegue ler e escrever os seus primeiros textos, tecnicamente ela já conhece o funcionamento do sistema da escrita alfabética, porém a norma ortográfica ainda é desconhecida.

Por muitas vezes se distorce a posição da norma ortográfica achando que esta é uma imposição inútil dentro do meio social, porque tem-se a ideia ilusória de que as coisas ficariam mais fáceis se fossem proferidas as palavras de acordo com os mais diversificados meios dos quais participamos. Morais (2010, p. 27) afirma que “a ortografia funciona assim como um recurso capaz de ‘cristalizar’ na escrita as diferentes maneiras de falar dos usuários de uma mesma língua. Escrevendo de forma unificada, podemos nos comunicar mais facilmente”.

A escrita é a norma preponderante que as escolas escolhem explícitas ou implicitamente, o estudante o tempo todo é instruído a falar e escrever de forma correta, embora muitas vezes esse ensino seja apresentado de uma forma fraca.

Muitas vezes o aluno já chega no ambiente escolar falando de uma forma satisfatória, muitas vezes, se enquadram em uma regra deficiente em relação ao registro formal do uso da linguagem culta, pois a linguagem familiar ainda é responsável em grande maioria pela sua aquisição de linguagem. E muitas vezes escrevem da forma que falam.

A partir daí, entra em ação a gramática normativa com a sua “arte de escrever e falar corretamente”. A teoria que sugere ou afirma que a linguagem escrita é uma reprodução fiel da fala, chega a ser falaciosa, pois o indivíduo que está inserido na escola começa a ter a noção das normas que dizem que determinados elementos na linguagem oral são apresentados de forma errônea. Começa a fazer sentido o que é gramaticalmente correto. As normas da língua e escrita se fazem presentes na sala de aula, e se diferem da linguagem cotidiana.

A escrita não reproduz fielmente a fala, como sugere a metáfora tantas vezes repetidas de que “ela é a roupagem da língua oral”. Ela tem suas próprias leis e tem um caminho próprio. Por isso, muitos lingüistas relegam a língua escrita para fora de suas cogitações, como observa, em tom de crítica, o lingüista norte-americano H. A. Gleason, argumentando que “uma língua escrita é evidentemente um objeto válido e importante de investigação lingüística (MATTOSO, 2011, p. 20.).

Durante muito tempo, o trabalho com a gramática esteve diretamente ligada a uma definição ou prática de concepção de linguagem como instrumento de comunicação e expressão das esferas orais e escritas, estando intrinsecamente ligadas a ela as áreas do pensamento por meio das atividades que contemplam os ensinamentos dos aspectos: sintáticos, morfológicos, lexicais e semânticos de uma forma robótica, mecanizada em que os discentes eram obrigados a decorar atividades para realizar provas.

A Gramática tradicional tem como finalidade orientar e regular o uso da língua, estabelecendo um padrão de escrita e de fala baseado em diversos critérios. É um conjunto de regras e de classificações que tratam do bom uso da língua. Tratando-se de gramática tradicional, é uma caracterização daquilo que se supõe ou é denominado como “certo” e “errado”. O ensino que prioriza a gramática é chamado de normativista ou simplesmente normativo, pois assume um caráter tradicional e heterogêneo. Há um padrão a seguir, e este padrão não é homogêneo.

Padronização: consiste na codificação e na aceitação dentro de uma comunidade lingüística, de um conjunto de hábitos ou normas que definem o uso “correto”. Este é um assunto típico dos guardiões da língua: escritores, gramáticos, professores, etc., isto é, certos grupos cujo o uso da língua é profissional e consciente. Codifica-se a língua e ela é apresentada a comunidade como um bem desejável. Em seguida, promove-se a variedade codificada, por meios de agentes e autoridades como o governo, os sistemas de educação, os meios de comunicação, etc. (FISCHMAN apud GERALDI, 2014, p. 55).

Pode-se, então, classificar essa forma tradicionalista de ensino como heterogênea, pois não fazem junção e nem proporcionavam aberturas para uma forma contextualizada como as formas de ensino que são difundidas no contexto escolar contemporâneo.

O ensino de gramática normativa ou tradicional prioriza as estruturas formais se limitando a exemplos desconhecidos pelos falantes.

Gramática tradicional é hoje muito discutida pela grande massa da sociedade moderna, e por sua vez também é defendida por gramáticos que defendem de forma meticulosa o bom uso da língua, e de forma não menos importante é questionada pelos linguistas como sendo obsoletas e muitas vezes desnecessária o seu uso na escola (ensino tradicional) e sim de uma forma mais contextualizada.

Porém, esse ensino é rigoroso e trata de forma minuciosa das irregularidades da língua. Para Mattoso (2011, p. 19), “muitos linguistas procuram fugir à dificuldade” por isso que são geradas tantas críticas na sociedade quando o assunto é gramático.

A escrita de forma correta ainda é cobrada nas escolas independentes dos estereótipos no qual o ensino normativo está inserido. Pois o aluno está sendo cobrado tempo todo, em provas escritas que funcionam como testes para analisar a ortografia, redações no qual as tipologias textuais estão introduzidas.

É justo que a gramática normativa dê grande atenção à língua escrita. É ela que a escola tem de ensinar em primeira mão. Acresce o primado da língua escrita nas sociedades do tipo do nosso, dito “civilizado”. Aí do ponto de vista sociológico, a língua escrita se sobrepõe inelutavelmente à língua oral, pois rege toda a vida geral e superior do país (MATTOSO, 2011, p. 20).

Baseados nos fatores normativos pode-se, também, designar a gramática como sendo um ensino prendado, pois está calcada no certo/errado, e os seus moldes são ortodoxos. O que prepondera é a regra pela regra. A categorização como ensino tradicional é uma nomenclatura que por mais que queiram reduzir a língua normativa um ensino cada vez menos usado na escola, seria difícil, pois no ensino contextualizado há uma carência de regras que os discentes têm que dominar para um bom desempenho de suas funções escolares e para fora delas também.

Em função das concepções com que se supõe ensinar a escrever decorrem controvertidas posturas. Temos assistido a procedimentos de rotina calcados nos

moldes de ensino que têm como base a gramática normativa, tanto para ensino de produção de textos como para a sua avaliação.

A escola tem privilegiado a gramática, conservado uma prática oriunda de suas origens, quando gramática era ensinado sobre todos os pretextos – da leitura, da escrita e da própria gramática. Entenda-se aqui o ensino da gramática normativa que, embora distante dos usos da língua, muito agradava a escola de então (PASSARELI, p. 41).

Reiterando o que já foi mencionado a respeito da gramática tradicional, é ela quem rege as normas de escrita, muitas vezes chega a ser intitulada de arcaica, porém ela é uma parte necessária no ensino da língua materna. O indivíduo aprende aquilo que ele é condicionado a aprender. Seja na sintaxe, morfologia, nas tipologias textuais ela se faz de extrema importância. Pois em um país que fala muitas línguas, todos se igualam quando falam o mesmo idioma. Neste caso a língua portuguesa que todos são capazes de aprender.

2.1 O surgimento da gramática

A gramática foi cultivada na antiguidade no oriente e ocidente, e começaram a dar seus frutos em três grandes pátrias berços e primórdios da sabedoria e eloquência: Índia, Grécia e Roma. A primeira gramática de que se tem notícia, registro histórico, é a de Panini para o sânscrito na Índia antiga. O Império romano dominava o mundo e o Latim era a língua da civilização, possuía duas formas: o latim clássico, que era empregado pelas pessoas cultas e pela classe dominante (poetas, filósofos, etc.), e o Latim Vulgar, que era a língua utilizada pelas pessoas do povo. Os romanos aperfeiçoaram a gramática tradicional.

O estudo da gramática teve início por volta do século V a. C., e foram iniciados com a filosofia. A gramática tradicional é característica da gramática grega. As classes de palavras surgiram foram originadas por Aristóteles que também desenvolveu categorias de pensamento. Dionísio da Trácia foi o autor da primeira gramática grega a qual foi adicionado o advérbio, particípio, pronome e preposição. Assim como a concepção de certo e errado também foram iniciadas pelos gregos. Dionísio da traça afirma que “a gramática é o conhecimento prático dos usos de poetas e dos escritores de prosa” (SARDINHA, 2004, p. 47).

Mas o que torna a gramática ocidental algo mais forte, perene são os saberes gregos, é a contribuição grega, não é que Panini, escritor de uma das primeiras gramáticas e Roma não sejam importantes ou não tenham contribuído, mas é todo o peso grego que torna superior a epistemologia da gramática ocidental. A preocupação dialetal também é fruto das origens gregas, existiam muitos dialetos distribuídos pelo Mediterrâneo. Os gregos destinaram seus esforços no estabelecimento e no cultivo de um ideal de língua, ou seja, um conjunto de linguagem tidos como certos, e o objeto de estudo para alcançar a padronização era língua usada por muitos escritores grandiosos da época.

Foi como desdobramento desse processo que os gregos alexandrinos vieram a criar a gramática como disciplina intelectual autônoma voltada para o estudo da língua, com o objetivo principal de fixar padrões de correção. É interessante observar que Dionísio da Trácia, o intelectual alexandrino reconhecido pelos historiadores da lingüística como o autor da primeira gramática, definiu seu trabalho justamente como o estudo empírico dos usos normais dos poetas e prosadores (FARACO, 2006, p. 17).

A gramática grega está compreendida em três períodos: o primeiro é iniciado e abrange os filósofos pré-socráticos, primeiros retóricos e seguindo com Sócrates, Platão e Aristóteles, o segundo dar-se pelo período dos estoicos e, por sua vez, o terceiro o período dos Alexandrinos.

A gramática ocidental tradicional é fruto das origens gregas, fundamentada no pensamento grego e na cultura helenística (fusão de cultura Helênica grega e cultura ocidental). Na Grécia antiga a população não possuía a noção de teoria gramatical, no entanto eles possuíam uma profunda preocupação com a linguagem, pois estava fortemente ligada a filosofia. Embora as noções gramaticais gregas estivessem presas a filosofia, os gregos reconheciam e caracterizavam uma realidade sonora.

O aparecimento da gramática é um fato da cultura helenística, e dela é característico. Como fato da cultura helenística, representa um mecanismo de preservação da cultura helênica. O aspecto criativo desta pôde levar a escala de teorização que fundamentou tanto as disciplinas teóricas quanto práticas. A gramática é uma disciplina que, pelas próprias condições em que surgiu, aparece com finalidades práticas, mas representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplina teórica do pensamento sobre a linguagem (NEVES, 2004, 14).

A partir de então, sobre esta base de institucionalização da disciplina gramatical, representou um novo horizonte no que através dos fatos, foram sendo isolados, expostos que por sua vez foram classificados. Muito antes da gramática ser pensada e usada como uma disciplina intelectual e de emergir dentro do pensamento filosófico, já pôde ser encontrada uma vasta riqueza na experiência grega da linguagem. Há uma transição de filosofia para a gramática, existindo assim, uma dicotomia no processo de aquisição de um segmento ao outro.

Segundo Moura (2004, 19), há um significativo condicionamento lingüístico de contraste em relação a pequena quantidade de noções teóricas. E é considerado como relevante, pois tal condicionamento expõe de forma transparente e metódica muitos problemas que já existiam na língua. Lógos – a definição de linguagem, aparece nos poemas de Homero, no entanto é na filosofia que ele ganha destaque.

A Pólis grega estava segmentada na filosofia e na poética, que por sua vez deu início a retórica (a linguagem dos oradores) e nesta linguagem retórica, já podia-se fazer uma observação: havia uma técnica basicamente formal, podendo-se dizer até mesmo normativa. Nesse contexto nasceu o discurso filosófico e uma fase que destinava a importância do uso da palavra.

Surge com essa classe de filósofos, a retórica, o valor dos argumentos são eles que vão recriar a imagem dos fatos. A discussão antiga sobre como teriam surgido o nome das coisas, agora se posiciona a favor dos valores subjetivos, ou seja, do pensamento, do achar, portanto, sendo uma denominação das coisas de uma forma arbitrária. Nessa acepção os fatores verídicos são deixados de lado e a linguagem passa a girar no seu próprio eixo. A retórica tem sua base fincada na argumentação.

A retórica é considerada em sua versão renovada, especialmente a partir da contribuição de Perelman. Essa abordagem também fornece um referencial importante para a análise interna dos textos pertencentes a gêneros predominantemente argumentativos. A análise fundamentada na retórica leva em conta os interlocutores e suas crenças e fornece as bases para o estudo dos esquemas básicos mobilizados na organização dos textos, como a identificação da tese e das principais técnicas argumentativas (WACHOWICZ, 2012, 9).

Com o advento do Império Romano, em sua dominação dos demais povos, os romanos receberam essa tradição dos gregos, e traduziram do latim os nomes das partes da oração e dos acidentes gramaticais. Muitas destas denominações

chegaram aos nossos dias. A partir do século XIX, surgiu a gramática comparativa, como enfoque dominante da Linguística. Dionísio, o Trácio, gramático grego, escreveu a "Arte da Gramática", obra que serviu de base para as gramáticas grega, latina e de outras línguas europeias até o Renascimento.

Então, por que se há milhares de anos atrás, quando na Grécia antiga já havia uma preocupação mais do que evidente com as estéticas da fala e da escrita, porque hoje no mundo contemporâneo onde impera a tecnologia e a escrita é cada vez mais difundida, o ensino de gramática é tão questionado? A gramática tradicional é hoje muito discutida pela grande massa da sociedade moderna, e por sua vez também é defendida por gramáticos que defendem de forma meticulosa o bom uso da língua, e, de forma não menos importante é questionada pelos linguistas como sendo obsoletas, e muitas vezes desnecessária o seu uso na escola (ensino tradicional).

O ensino tradicional na sua forma descontextualizada não é mais tão difundido na escola. Desta forma observa-se espaço que a gramática contextualizada ganhou na escola, só que está forma de ensino não foge às regras gramaticais, ensino contextualizado não diz que o professor na sala de não deve ensinar e se ater ao conteúdo gramatical, só que a forma que muitos orientadores, professores, coordenadores nem se quer pesquisam como é este método, dando margem ao pensamento de muitos professores de que o ensino descontextualizado é ausente de gramática.

As fontes gregas na terminologia gramatical não podem ser ignoradas, na Grécia antiga já existia uma grande necessidade da disciplina entre o povo grego. Essa necessidade gramatical apenas ganhou novos rumos e novas discussões que permeiam a sociedade moderna trazendo consigo novos olhares que têm passado por adaptações pertinentes ao ensino de língua e também outras que exigem determinadas linhas de conhecimento e competências.

2.2 O método de ensino tradicional – como era

A língua portuguesa foi consolidada no espaço nacional com a chegada e instalação dos portugueses no cenário brasileiro e partir desse momento a linguagem portuguesa passou a disseminar-se entre os índios que eram uma boa parte do contingente que habitava o local.

Os procedimentos de aquisição do português em solo brasileiro passaram por importantes fases até definir-se, pois antes da vinda das expedições portuguesas e da família real haviam também holandês e espanhóis que já estavam instalados na (Terra de Vera Cruz, que foi a primeira nomenclatura dada ao Brasil)

Conforme afirmam Santana e Muller (2015, p. 2) mencionam quatro períodos importantes, onde começa com a colonização e vai até a saída dos holandeses (1654), depois da saída dos holandeses e vai até a chegada da família real em território brasileiro, respectivamente, na cidade do Rio de Janeiro, em 1808.

O terceiro período começa com a vinda da aristocracia portuguesa, que era a família real, e segue uma linha até a formulação da questão da língua nacional do Brasil (1826), período importante. E por último, mas não menos importante estabelece-se o quarto momento histórico do início de aceção da língua materna brasileira que foi iniciado em 1826, estendendo-se até 1930, com o fortalecimento do processo de imigração brasileira.

Inicialmente, a tarefa de ensinar a língua portuguesa no Brasil era tarefa dos jesuítas, mais com uma finalidade de catequização entre os indígenas. Entre os jesuítas que assumiram esse papel estavam Manuel da Nóbrega no qual foi encarregado da primeira missão jesuítica na América e também José de Anchieta. Consoante Verdini Nóbrega e Anchieta (2014, p. 7) “eram credores de uma ação mais educadora, de base catequética, do que conversora”.

Durante basicamente três séculos os jesuítas forma os principais responsáveis pelo enquanto língua na província, cabendo a incumbência de principal educador José de Anchieta. Nessa época havia uma grande concorrência com o português e as línguas faladas de forma geral no litoral, não obstante de tal impasse o português era língua oficial da escola, pois era polida, com grandes traços de disciplina quanto a sua gramática, enquanto a língua geral sofria uma grande carência de prestígio.

O que finda a língua portuguesa de forma definitiva e obrigatória é a chegada de muitas famílias de imigrantes portugueses. Nesta época o português ainda sofre uma grande ameaça porque existe uma mescla dos linguajares portugueses e da população em geral que era propriamente a indígena. Em 3 de maio de 1757 os jesuítas são expulsos do Brasil e nesse momento o governador Francisco de Mendonça Furtado, autorizado pelo Marquês de Pombal, promulga e torna oficial o ensino de língua portuguesa no Brasil.

O Marquês de Pombal, sentindo a língua portuguesa ainda ameaçada pela língua geral, uma mistura da língua indígena com o português, tornou obrigatório, por instrumento legal, o ensino de português no Brasil. – um fato já consumado, apenas sancionado então por ele. A finalidade era abolir essa língua geral e impor a chamada “Língua do Príncipe”, ou seja, o português de Portugal. Segue abaixo uma versão do Édito de Pombal (CLARE, 2014, p. 7).

Baseado na historicidade da Língua Portuguesa no Brasil, pode-se afirmar que os problemas com a Língua Materna são de cunho hereditário, até uma boa parte do século XVIII o ensino era restrito apenas a alfabetização, poucos discentes tinham acesso à escola mais prolongada. Isso ainda hoje se arrasta, é claro que a educação conquistou muitos feitos, mas o ensino que veio do berço da colonização ainda se propaga na sociedade.

No século XIX a língua materna ainda está atrelada as tradições de teoria e raízes filosóficas gregas que eram expressões do pensamento em retórica e poética. Já passando para o século XX nos seus primeiros anos, aparecem às primeiras teorias de linguísticas passam a aparecer os primeiros sons de oscilações que ainda mantinha as tradições gramaticais buscando uma homogeneidade padronizada passando assim a desprezar a heterogeneidade dialetal.

No ano de 1958 a educação ganha outro marco, foi criada a Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB por um seleto grupo de gramáticos e estudiosos como: Antenor Nascentes, Rocha Lima e Celso Cunha.

No ano seguinte, foi transformada em lei por uma portaria do presidente Juscelino Kubitschek e passou a ser utilizada obrigatoriamente nas escolas de todo o Brasil. Antes da NGB o ensino de gramática não era unificado e composto de muita confusão em suas terminologias.

A primeira observação na análise das denominações das três grandes partes do documento, e que são as partes tradicionais da gramática – Fonética, Morfologia e Sintaxe –, é que elas têm formação grega, mas só sintaxe (sýntaxis) é termo ocorrente nos estudos filosóficos gregos sobre a linguagem (estóicos), embora não falem considerações de cunho fonético já em Platão. Por outro lado, porém, dado o fato de que a “sintaxe” grega tinha total compromisso com a lógica, orientadora de toda a reflexão grega nessa área, é dentro desse terceiro compartimento da Nomenclatura oficial que está o menor número de termos gregos originais (apenas sujeito e predicado, vindos pela tradução latina). O próprio compartimento Sýntaxis não existe na gramática alexandrina incipiente, já ligada à crítica e à filologia, e sem a bênção direta da filosofia (NEVES, 2011, p. 644).

A NGB está dividida em três seções que todas têm origens e são pautadas no berço grego: a fonética, morfologia e sintaxe. A sequência das três se analisa as denominações constantes da Gramática e seus elementos que tenham vindo na tradição da gramática grega. A análise vai apresentando os termos segundo as seções da NGB em que estão inseridos.

Com o passar do tempo a NGB passou a ser criticada e foram apontadas as suas incoerências, porém essas questões de coerências ou incoerências são relativas: existem gramáticos defendem de forma veemente e por sua vez existem críticas diretas apontadas de formas claras e objetivas. Mas isso já é no século XXI com os novos adventos da língua para a melhoria da educação nas aulas de Português.

Uma gramática voltada para a nomenclatura e a classificação das unidades; portanto, uma gramática dos “nomes” das unidades, das classes e subclasses dessas unidades (e não das regras de seus usos). Pelos limites estreitos dessa gramática, o que se pode desenvolver nos alunos é apenas a capacidade de “reconhecer” as unidades e de nomeá-las corretamente. Vale a pena lembrar que, tudo o que diz respeito à língua, à nomenclatura é a parte menos móvel, mais estanque, menos flexível, mais distante e mais distante das intervenções dos falantes. Talvez, por isso mesmo, seja a parte “mais fácil” de virar objetos de aulas de língua. Vale à pena lembrar também que a gramática de uma língua é muito mais, muito mais mesmo, do que o conjunto de sua nomenclatura, por mais bem elaborada e consistente que seja (ANTUNES, 2009, p. 32).

Antunes faz uma crítica direta às nomenclaturas que no processo da língua impregnou-se de forma sistemática no ensino. O trabalho com a gramática na sala de aula era e é muito dispendioso. A diferença entre o tradicional e o moderno era cristalizado mantendo-se parado e o moderno é carregado de competências e habilidades.

Essas duas formas de ensinamentos discrepantes se equiparam no sentido de que a escola pública mesmo trazendo competências e habilidades ainda é fracassada em boa parte das escolas públicas, foi um grande passo, uma conquista notável, mas ainda não é o suficiente. Dessa forma, podemos perceber que o fracasso escolar não era ou é mérito do ensino tradicional

O método de ensino tradicional de forma teórica e prática era um ensino sob dos moldes de: conceituar, classificar para além de qualquer coisa entender e seguir

as prescrições que são feitas em torno da regência, concordância, acentuação, pontuação ortográfica, classes de palavras etc.

Dessa forma, a base do ensino das aulas de português são os itens gramaticais. Tal ensino é ditou as regras escolares por muito tempo. Esse método sistemático de ensino era o mais usado por professores e programas desde a pré-escola, ensino fundamental, médio e até mesmo até ou mesmo em ensinos universitários. Estuda os tipos de recursos da língua: os artigos, pronomes, substantivos entre muitos outros.

Uma das formas de sistematizar o ensino de gramática é fazer um levantamento dos tipos de recurso que seria interessante estudar e fazer um ordenamento dos mesmos para sua abordagem progressiva, em uma série ou nas séries diversas da pré-escola, do ensino fundamental e do ensino médio ou mesmo da universidade. (TRAVAGLIA, 2003, p. 62).

Também levava os alunos a enunciar o conceito de preposição, por exemplo, de acordo com os conectivos subordinados, saber explicar que as preposições são pedidas pelos termos regentes, ou principais, normalmente nome (substantivos e adjetivos) e verbos, o que caracteriza a regência nominal e verbal e muito mais.

Fazer exercícios estruturais para automatizar todos os elementos e nomes de acordo com a norma culta, também podendo chamá-la de gramática explícita ou teórica. Mostra os conjuntos linguísticos como estrutura, funcionamento e constituição.

O posicionamento, visto assim, é fruto de uma tradição histórica, organizada numa concepção clássica do ensino da língua, trazida pelos jesuítas. Em termos concretos, essa tradição de ensino, que procurava seu aperfeiçoamento evitando qualquer alternativa, fazia com que o professor que só havia aprendido gramática, apenas gramática ensinasse, fechando assim um círculo vicioso, com poucas perspectivas de mudanças.

As consequências deste modo de ensinar passou a suscitar novas formas de ensino, por que até então os índices não eram alcançados por que o ensino cristalizado não apresentava novas vertentes para alcançar o sucesso escolar na no ensino descontextualizado de língua portuguesa. As dificuldades de leitura, de compreensão dos enunciados e frases se posicionaram de forma relevante.

Um exame mais cuidadoso de como o estudo da língua portuguesa acontece desde o ensino fundamental, revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas. Nesses limites, ficam reduzidos, naturalmente, os objetivos uma compreensão mais relevante da linguagem podem suscitar – linguagem que só funciona para que as pessoas possam interagir naturalmente (ANTUNES, 2009, p. 19).

No Brasil, o ensino da língua materna tem-se desenvolvido quase somente por meio do ensino da gramática tradicional. E o pressuposto básico, nessa acepção é de que, saber a teoria gramatical equivale a saber Português. Esta é a forma pautada da forma de ensino tradicional como uma Nomenclatura Gramatical Brasileira NGB e única forma inferir a língua materna nas escolas. Para entender melhor o sistema de ensino tradicional faz-se necessário conhecer o que é a Nomenclatura Gramatical Brasileira.

2.3 A concepção de certo e errado

A linguagem é fator social, não dá para ser ignorada. Em razão disso ela está continuamente passando por um processo de mudança e em função das que ocorrem na língua, à gramática normativa não pode ser colocada como a única verdade preponderante a ser usado no convívio social. A língua está o tempo todo se adaptando estabelecendo dialetos sociais nas mais diferentes regiões e do país e também fora dele.

O Brasil é um país em que há uma pluralidade cultural e não dá para ser indiferente a isso, além do multiculturalismo o Brasil também é um país de estigmas sociais, o tempo todo estamos nos deparando com as linhas tênues que caracterizam o “certo” do “errado”.

O papel da escola é prover auxílio nas dúvidas e também deixar evidente que existem muitas situações para muitas formas de falar, de forma também para muitos saberes.

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma utilizar as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da interação comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o

texto se dirige. (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, 2001, p. 31, 32).

A variação da língua está associada de forma explícita de dificuldades e disparidades ligadas a forma de falar e escrever. Essas discrepâncias se dão pelas frequentes transformações que se manifestam na linguagem no decorrer do tempo.

A variabilidade faz parte da cultura brasileira. Lima, Marcuschi, Teixeira (2012, p. 34) afirmam que “toda língua comporta convenções variadas, cultural e historicamente construídas por seus usuários”.

A problemática que envolve o Brasil que a educação no de qualidade e que englobe todas as classes ainda é algo distante. Poucas pessoas têm acesso ao ensino privilegiado e em razão disso a norma culta passa a ser algo mítico, todavia, o domínio da norma culta é necessário, assim como também é necessário e indispensável que a sociedade conheça e entenda que a instituição linguística é regida por adequações e inadequações.

O ensino público tem que ser incumbido de competências que não segregue o aluno, que acolha e principalmente direcione a sua linha de entendimento. Como instituição social que a língua é, ela tem que ter precisão e deve ser compreendida e se fazer compreender pelos seus ouvintes, falantes e leitores.

O papel da escola, fazer o aluno conhecer um texto formal, ou no mínimo ter algum entendimento e fazer o aluno compreender a informalidade e suas variedades.

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade lingüística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão. O reconhecimento da existência de muitas normas lingüísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja conseqüente com o fato comprovado de que a norma lingüística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma lingüística empregada no cotidiano é uma variedade de português não-padrão (BAGNO, 2007, p. 18).

Acreditar que a escola deva abandonar a norma culta é acreditar que o brasileiro não tenha a devida competência para aprender a própria língua, é afirmar implicitamente que o aluno brasileiro não pode aprender e não pode romper o

preconceito que a sociedade impõe, se uma pessoa aprende a ler, se ela é capaz de aprender matemática ou dominar um novo idioma, ela está mais do que apta a dominar a língua culta de sua própria o dialeto de prestígio de sua própria língua.

As demais disciplinas estão cheias de regras ortográficas, de palavras desconhecidas e ainda assim o aluno é um aprendiz, e não cabe ao sistema dizer se ela é capaz ou não, ele tem que oferecer meios para o aprendizado.

Para Barthes (2006, p. 17, 18.) “a língua é uma instituição social e um sistema de valores”. Como já vimos em fatos supracitados à definição de gramática é bem abrangente, mas a gramática que deve ser ensinada na escola é a padrão, cabe ao professor fazer a distinção do adequado e do inadequado para as mais diversas situações e esferas. O objetivo da instituição escolar é ensinar a língua padrão.

Talvez deva repetir que adoto sem qualquer dúvida o princípio (quase tese) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico. A tese de que não se deve ensinar ou exigir o domínio padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrões baseia-se em parte no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isto é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexibilidade de um dialeto padrão (POSSENTI, 2007, p. 17).

As razões pelas quais muitas pessoas não aprendem, ou, aprendem, mas não usam o dialeto padrão são decorrentes de muitos fatores e de ordens que implicam e estão ligados a valores por partes das classes que compreendem a grande parte da população e também estão atrelados a valores sociais discutíveis.

O problema com o ensino padrão é algo posto de forma grave para quem não fala de forma usual ou para quem acha desnecessária a forma padrão, ou seja, essa questão atinge de forma negativa os alunos das classes mais populares, aqueles que não gozam de um poder econômico mais elevado, e isso é evidenciado em decorrência da fala e escrita. É muito importante salientar que a linguística, a forma de falar da população em geral e a norma culta são de duas naturezas: político-cultural e cognitiva.

As reflexões que a própria sociedade deve levantar é de que tem que ser posta no centro e nas margens da sociedade de forma questionável ou não, no entanto dentro das dimensões escolares o aluno tem por direito de ser instruído a usar e conhecer os saberes padronizados sem mediocrizar os saberes intrínsecos

que carregam, já que a maioria dos estudantes são de escolas públicas e estão inseridos em meios diferentes.

Quando falamos de linguagem não existe um saber inquestionável ou uma verdade absoluta. A língua é regida por prescrições impostas, pelo um uso sério e tradicional como a gramática normativa, como também por outras que fogem à regra afirmando que a língua padrão não uma autoridade suprema e inquestionável.

Entretanto, dentro do âmbito social existem muitos estigmas que apontam o “certo” e o “errado”. Isso é decorrente da adesão e práticas que são disseminadas na grande maioria das vezes no próprio meio escolar.

Para muitos professores, o conteúdo que está posto nos manuais e gramáticas é “intocável”, quase “sagrado”. Ainda há professores que, na falta de uma explicação mais convincente para uma pergunta feita por um aluno, recorrem ao velho Jargão: “A gramática diz que é isso e pronto!”, como se “a gramática” fosse uma autoridade suprema inquestionável. Fato é que qualquer estudo mais profundo das gramáticas e manuais revela contradições significativas de um autor para outro, e diversas pesquisas já comprovaram que “a gramática normativa, base do ensino do ensino de gramática na escola, apresenta inconsistências teóricas [...], além de não descrever a norma-padrão contemporânea” (MENDONÇA, 2006, p. 199-200). Por isso, o professor precisa reconhecer que, em se tratando de questões de língua(gem), não existe “a verdade inquestionável”. (SILVA; PESSOA; LIMA, p. 33, 2009).

A escola precisa criar vínculos com ensino de gramática. É uma verdade que todos os saberes são questionáveis, mas isso não significa que os professores tenham que abolir a gramática, pois, bem sabem que ela é cobrada o tempo inteiro como afirma Moraes (2009, p. 25) “vemos, frequentemente, que a escola cobra do aluno que ele escreva certo, mas cria poucas oportunidades com eles sobre as dificuldades ortográficas da nossa língua”. Isso mostra que a escola precisa mais do que avaliar, verificar e estigmatizar os conhecimentos de ortografias e leituras dos alunos, ela precisa de forma fundamental é investir nas acepções de ortografia e leitura.

É muito importante que haja reflexão no ensino e que quem está ministrando a aula seja flexível. A norma padrão é muito importante para o aprendizado do aluno, para que ele saiba se portar, argumentar nas mais diversas situações na qual logicamente o indivíduo esteja participando do meio social e precise dominar e ter um vocabulário rico.

Porém o professor como uma pessoa democrática que ele deve ser, ao ministrar sua aula, deve procurar orientar quanto as práticas da língua e suas formas de serem usadas. Que existem momentos e adequações para as variações.

As esferas sociais estão carregadas de preconceitos, seja pela que dispõe de um alto poder aquisitivo ou pela classe social de nível mais baixo. O fator preponderante que alavanca o preconceito linguístico é a falta de instrução que envolve as pessoas e os mitos que elas alimentam em suas concepções.

As formas dialetais devem sim ser valorizadas, pois trazem consigo muito da cultura e tradição das pessoas.

Não obstante, a norma culta não deve ser colocada à margem dos saberes e tampouco deve ser marginalizada, pois na questão dialetal existem palavras contextos diferentes para palavras simples da norma padrão.

Um exemplo bem claro é a “tangerina”, no espaço nacional todos conhecem e sabem que ela é uma fruta, no entanto em alguns territórios longínquos ou não, na cidade ou no interior ela assume nomenclaturas diferentes, e assim são muitas os elementos que dentro do espaço têm um nome definido e assume outros nomes, não importando se é dentro ou fora da cidade.

Dessa forma, alimentar que, no espaço devemos conhecer apenas uma variação, e que esta estudar apenas as qualidades de determinados grupos, que não implique em estudar regras e memorizar verbos, substantivos, adjetivos e as particularidades da língua de prestígio em si, não está correto.

Por outro lado, segregar as variações que fazem parte de forma inerente do sujeito, também não designa uma forma de saber completo e universal, no que diz respeito à linguagem. O que é padrão, continua ser padrão, mas a linguagem em si, muda no espaço e tempo.

Sendo assim, a escola deve assumir um papel democrático, que abrace as diversidades, que não segregue suas origens, a popularidade. Mas esta escola democrática não pode deixar de estar presente no ensino gramatical, essa democratização se faz por abraçar as demais formas de ensino, dando a elas a sua devida importância.

A democratização da escola, ainda que falsa, trouxe em seu bojo outra clientela e com ela diferenças dialetais bastante acentuadas. De repente, não damos aulas só para aqueles que pertencem ao nosso grupo social. Representantes de outros grupos estão sentados

nos bancos escolares. E eles falam diferente (GERALDI. 2012, p. 43).

Os problemas enfrentados pela linguística não são exclusivos ou particulares da disciplina, como afirma Labov (2014, p. 235) “é um problema geral em todas as ciências sociais”. A forma como nós lidamos com esses problemas é o que faz a diferença. O ensino linguístico ou normativo no Brasil não deveria ser algo tão controverso, por que as discrepâncias são impostas pelas pessoas.

As linguagens de um agricultor, mecânico (com ou sem diploma) do meio que eles convivem, da mesma forma da linguagem de um médico ou advogado também são relativas à profissão que desempenham. Contudo, cada profissional domina a linguagem de suas profissões como também, a linguagem que aprendem na escola ou no cotidiano.

Nomear atribuições e alegações para fazer restrições aos usos de dados e intuições linguísticas, nesse caminho pode ser atribuído a dificuldade que os falantes têm de agir na fala cotidiana. Porém em contraposição a isso vem muitos estudos que revelam ilusões que se colocam de forma exagerada que muitos acreditam ter em relação à língua. Para Labov (2014, p. 237) “quando sujeitos não acadêmicos estão falando de assuntos que conhecem bem – narrativas de experiência pessoal –, a proporção de frases que precisam de alguma editoração para serem bem-formadas caem para cerca de 10%.”

Isso derruba, de forma veemente, as teses e teorias que afirmam ser a agramaticalidade a forma dos desprestigiados pela sociedade, que também é chamada, por vezes, de “povão”. Mostra que, muitas das vezes, o indivíduo é condicionado por índices que se apresentam de formas omissas por muitos teóricos. Labov afirma e ressalta isso também em seu livro “Padrões sociolinguísticos”, de forma bem clara, derruba muitos mitos no entorno da linguística.

Agramaticalidade da fala cotidiana parece ser um mito sem nenhum na realidade. Nos vários estudos empíricos que conduzimos, a grande maioria dos enunciados – cerca de 75% – eram frases bem formadas sob qualquer critério. Quando se aplicam regras de elipse, e certas regras universais de editoração para lidar com gaguejos e falsos inícios, a proporção de frases realmente agramaticais e mal formadas cai para 2% (LABOV, 1966b apud LABOV, 2014, p. 237).

Uma das formas de acomodar os preconceitos que giram em torno da linguagem principalmente na sala de aula é defender o uso das variedades e não

explicar que elas não erradas, apenas são diferentes. Antunes (2009, p. 89) diz que “a gramática reflete as diversidades geográficas, sociais e de registro da língua”. Antunes é enfática no seu critério. O que falta na escola é enfatizar as adequações e inadequações da língua, as variedades em suas peculiaridades não erros, são diferenças que cabe ao professor distinguir e levar esclarecimento nos momentos pertinentes.

As variações não são erros, mas diferenças. Não existe erro linguístico. O que são inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade em vez de outra, mas no uso de uma variedade em vez de outra numa situação em que as regras sociais não abandonam as regras de fala (GERALDI, 2014, p. 52).

É de suma importância que o aluno conheça as adequações e inadequações, os discentes estudam e são preparados o tempo inteiro para os índices que o sistema educacional cobra. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE e outras avaliações externas que os alunos são preparados o tempo inteiro, em suas formas de redações não usam linguagem informal e exigem vocabulário rico.

Geraldi (2014, p. 47, 48) define a gramática em três tipos diferentes: a primeira faz referência à norma culta e seu conjunto de regras a ser metodicamente seguidos, a segunda faz menção aos estudos científicos que a natureza teórica da língua da língua implica, mostrando os estudos e resultados positivos ou negativos adquiridos e o terceiro mostra a língua nua e como ela é usada nas comunidades. A primeira conceituação da língua ou a gramática do tipo 1 é apresentada como uma gramática excludente, pois não está ao alcance de todas as classes.

Não há um conceito óbvio e único para a gramática, mas há para definição e um conceito para cada tipo de gramática. O que deve ser lembrado é tratar a variedade linguística do educando com respeito, Mas é função do sistema educacional prover educação linguística de qualidade aos discentes, pois apontar a norma culta como o cerne da derrocada do ensino de língua portuguesa, pois nas salas de aulas os alunos são estimulados, condicionados.

Se as condições são propícias ao ensino de qualidade, a aceção de conhecimentos, logicamente, este é o ambiente saudável de aprendizado. Agora, a realidade do ensino de língua no Brasil é diferente, pois os números mostram que os

alunos do ensino público não são dotados da mesma capacidade que o aluno do ensino privado, pois não atingem o mesmo nível de proficiência.

A sociedade tem paradigmas a serem seguidas, como também novas teorias e práticas a serem aperfeiçoadas dentro da era contemporânea. Os paradigmas são exemplos de abstrações que muitas vezes são compreendidos com um certo teor de imperfeição como no caso da norma culta e que também leva a um entendimento de normas, crenças, valores e também princípios compartilhados por grupos sociais em alguns momentos históricos. Esses paradigmas, estas regras está padronização está passando por um momento de crise.

Mantoan (2003, p. 11) afirma que “uma crise de paradigma é uma crise de concepção, de visão de mundo e quando as mudanças são mais radicais, temos as chamadas revoluções científicas”. Se os padrões entram em crise, é comum que suas bases de sustentação se mostrem debilitadas. Com isso as bases teóricas passam a suscitar novas mudanças, dúvidas e também novas alternativas de interação juntamente com a sociedade.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (MANTOAN, 2003, p. 13).

Por fim, nomear a norma padrão como excludente e apontar a forma internalizada (forma gramatical que aceita inadequações) como sendo a melhor forma de ensinar, porque contempla a grande massa da população, não é a forma correta de ensinar. A escola deve ser competente, oferecer subsídios aos educandos, deve ser ensinar a metalinguagem e também ensinar as teorias para que os alunos sejam realmente competentes e contemplem muitas habilidades.

3 NOVA CONCEPÇÃO DO ENSINO DE GRAMÁTICA

Na década de 1980, uma nova forma da língua portuguesa passou a ser discutida passou a ser discutida de forma mais metódica, devido uma indubitável e premente necessidade de melhorar a qualidade da educação no país. O advento da nova forma de fazer língua portuguesa colocou em evidência o ensino fundamental, este passou a ser o eixo principal do questionamento pelo fracasso escolar que estava atrelada a leitura e escrita. Então de forma mais enfática o sistema educacional destinou olhares ao ensino em forma de uma tríade: o aluno, a língua e o ensino.

O primeiro elemento dessa tríade, o aluno, é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento, o objeto de conhecimento, é a língua portuguesa, tal como se fala e se escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. E o terceiro elemento da tríade, o ensino, é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre o sujeito e objeto do conhecimento. Para que essa mediação aconteça o professor deverá planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, como o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno. (PCN – Parâmetros curriculares nacionais. Língua Portuguesa, 2001, p. 29).

O principal motivo do fracasso escolar era a gramática contextualizada, pois na sua natureza era vista de uma forma que não contemplava a heterogeneidade da escola brasileira, a não serem pelas classes de maior poder aquisitivo. A gramática, quando considerada um conjunto de regras, é a determinação do uso de normas, as quais são essenciais para o perfeito uso da língua materna, mas essa essência passou a ser duramente criticada. Esses elementos variáveis

Qualquer questionamento ou hipótese que se possa levantar com relação ao ensino da língua e sua natureza concreta ou abstrata, tais questionamentos devem partir dos princípios que originam e fundamentam às suas concepções e suas naturezas. Mesmo que o conhecimento mesmo que o conhecimento que gira no seu entorno esteja no desconhecimento da maioria das pessoas é fundamental conhecer e fornecer conhecimento das bases teóricas da língua portuguesa assim como das outras disciplinas.

Para Geraldini apud Antunes (2014, p. 15) “é inegável o valor da teoria para compreender os fenômenos, qualquer fenômeno pode ser reduzido a objeto de

estudos. Uma teoria constrói modelos, faz abstrações, deixa resíduos”. Todas as apreciações e interpelações que se pode fazer sobre a língua ou que pode ser a linguagem e gramática, é o ponto de partida para as nossas suposições e posteriores conclusões.

A base para as nossas acepções do que é língua tem como ponto de partida a natureza teórica. Não importando se essa assume um compromisso corriqueiro, verossímil ou inverossímil, tudo passa pela lógica e teoria das suas bases. As análises têm que vir de um ponto de vista prévio sobre as línguas e suas gramáticas.

Baseado nessas afirmações é preciso que o professor saiba que por mais que ele tenha por decisão não ensinar as bases teóricas que compõe a gramática aos seus alunos, ele deve saber que é necessário que ele tenha conhecimento teórico o mais vasto possível, e ele principalmente deve ter o conhecimento que o fato de não ensinar teoria não significa que possa abandoná-la, pelo fato de que sem o conhecimento teórico ele não saberá estruturar as atividades que são pertinentes de forma objetiva.

Antes de mais nada é preciso dizer que, mesmo que o professor decida não ensinar teoria a seus alunos, é necessário que ele tenha um conhecimento teórico o mais amplo possível, pois sem esse conhecimento dificilmente o professor saberá estruturar e controlar atividades pertinentes de ensino e que realmente caminhem em direção a fins determinados de forma específica e clara. Cremos que isso não se discute, pois é um pressuposto para a configuração de um trabalho metodológico eficiente em sala de aula para o ensino/aprendizagem de língua materna (TRAVAGLIA, 2002, p. 139, 140).

A nova forma de ensino, a nova concepção de gramática não abstém a escola ou nesse caso a disciplina de língua portuguesa de usar a gramática, ela coloca o seu uso em outros contextos.

O que é um verbo, continua sendo um verbo, as classes de palavras, pronomes e assim todo o conjunto que forma a gramática continuam sendo os mesmo, mas em análises diferentes e enfoques diferentes.

Por exemplo: de uma forma muito simples, dentro de um texto o aluno pode interpelar o professor o porquê das formas de “tem” e “têm”. E se o professor não souber explicar? E se o professor não souber dizer que “tem” sem acento é usado em situações que os enunciados, orações, textos estão no singular que “têm” acentuado é usado em situações de plural.

O professor deve assumir uma postura que limite o ensino teórico, mas não deve abolir, assumindo assim uma postura impensada, a teoria gramatical deve ser apresentada por etapas para que os educandos tenham conhecimentos relevantes sobre a língua, para assim então aperfeiçoar as competências que são exigidas na sala de aula. O novo ensino é baseado em competências e habilidades. Tendo como principal objetivo desenvolver nos alunos uma mentalidade clara e objetiva.

A nova proposta de ensino de língua portuguesa não contempla a eliminação da gramática do currículo escolar, apenas coloca o ensino em nova ótica para que a aprendizagem seja mais receptiva e oferecer maiores subsídios aos muitos alunos que veem no ensino de língua portuguesa uma grande dificuldade de aprendizado.

Mas, é importante que fique claro que não existe língua sem gramática e que toda linguagem oferece sua forma gramaticalidade, todavia, a gramática à qual a escola deve dar ênfase é a padrão, e que o ensino descontextualizado oferece melhores condições na formação leitura, compreensão e produção.

Essa proposta nunca contemplou a eliminação necessária do ensino teórico sobre a língua. Ao contrário, deixou isso como uma opção do professor, a ser feita, todavia, com consciência de fatos, como o já demonstrado de que o ensino de teoria gramatical ou lingüística não leva à formação de usuários competentes da língua, não faz bons produtores e compreendedores de texto (o que é diferente de simples receptores de textos). Neste caso importa ter em mente esse fato, pois as habilidades de produzir e compreender textos competentemente são fundamentais na habilidade lingüística de qualquer falante, já que o fim básico do uso da língua é a comunicação e esta se faz por textos. (TRAVAGLIA, 2002, p. 137, 138).

A língua é um símbolo de interação social onde todas as atividades comunicativas estão ligadas, de formas direta e também indireta. A recente asserção do ensino de língua nos proporciona na realidade um olhar amplo e metódico, um olhar que mostre a veracidade no ensino ou vice-versa. Mostra uma realidade interativa, saberes populares que também se classificam como regionais (a regionalidade é o reflexo da população). Na mais recente forma de ensino e abordagem de língua portuguesa, de uma forma prática e mais ampla podem ser abordadas três formas distintas no que se refere à prática em sala de aula.

Primeiramente pode-se colocar em destaque a linguagem como forma de pensamento: nesta convicção conjectura-se regras que devem ser seguidas para a organização e estruturação lógica dos pensamentos, neste caso fazendo uma

abordagem nítida a gramática tradicional ou normativa. A segunda abordagem aponta para a gramática como o instrumento de comunicação e é baseado no estudo estruturalista ocupa-se de um estudo sincrônico (descrição de um determinado estado dessa língua num determinado momento no tempo.).

O estruturalismo é a metodologia pela qual elementos da cultura humana devem ser compreendidos, é o estudo que faz mais abordagens sócias e culturais m dados momentos no tempo, por sua vez a terceira abordagem tem-se a linguagem como forma de interação que parte da premissa das ações de dois ou mais sujeitos e os efeitos de sentidos que causam nos seus interlocutores.

A interação como objeto de estudo faz análises em forma de ação conjunta, em forma de reciprocidade e na sua essência mostra as influências que os falantes exercem entre si mesmos e que a ação verbal não é feita apenas por um interlocutor.

Antunes (2014, p. 18) ressalta que “toda ação de linguagem, toda ação linguística, é realizada conjuntamente, quer dizer na interação com o outro interlocutor”. No entanto, essa forma de atividade não pode ser limitada a uma simples troca de conhecimentos meramente conceitual ou informativa.

Nenhuma língua é apenas um “instrumento de comunicação” no sentido que se destina à passagem linear de informações, e se esgota no simples ato do dizer. A atividade verbal permite a execução de uma grade pluralidade de propósitos, dos mais sofisticados aos mais corriqueiros (defender, criticar, elogiar, encorajar, persuadir, convencer, propor, impor, ameaçar, prescrever, prometer, proteger, resguardar-se, acusar, denunciar, ressaltar, expor, explicar, esclarecer, justificar, solicitar, convidar, comentar, agradecer, xingar e muitos, muitos outros); propósitos que podem ser mais ou menos explícitos, diretos, expressos com “todas as letras ou “em meias palavras” (ANTUNES, 20014, p. 20).

A visão geral do novo papel da escola é oferecer um ensino mais formador e eficiente, no sentido de deixar o ambiente escolar com maiores condições que impliquem diretamente em um espaço que forneça mais qualidade e maiores êxitos educacionais, trabalhando a gramática descontextualizada na forma de: oralidade, escrita, leitura e gramática. Estes são os fatores que compõe o atual ensino de língua materna na escola brasileira, pois há razões que justifiquem e necessitam do desempenho da escola que seja “útil” ao seu público.

3.1 A gramática contextualizada

O atual processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa passou por várias mudanças no seu contexto escolar. Os professores de língua portuguesa assim como sua clientela mostraram-se desmotivados no ensino/aprendizagem nas aulas de português.

As evidentes dificuldades tanto no ensino fundamental quanto ensino médio levaram a um impasse entre escola e ensino tradicional e depois, a uma ruptura entre ambos. O ensino na sala de aula ganhou um novo contexto, novas regras e uma nova metodologia.

Ao contrário do que pensam ainda muitos educadores, a gramática não é algo dissociado do texto, e a gramática contextualizada não exclui o ensino as regras, eles atuam em conjunto para que práticas discentes tenham desempenho.

O ensino da língua na escola atualmente é feita mediante textos, porém, as frases e orações menores constituem um texto, não estudo de texto sem conectividade, sujeitos, verbos etc. Para isso é necessário que o profissional atuante na sala de aula saiba que um estudo não exclui o outro.

Perceber a gramática e textos como o objetos de ensino dissociados, ou como pólos quase que opostos e independentes, é uma indicação de que alguns profissionais continuam entendendo gramática como um conjunto de regras prescritivas, explicitadas em um manual, que não guarda nenhum ponto de interseção como os usos da língua. (LIMA; MARCUSCHI; TEIXEIRA, 2001, p. 29).

O ensino necessita de uma análise reflexiva, precisa de eixos metodológicos. Os conteúdos, os resultados só podem ser colhidos se a escola colocar em andamento planejamentos didáticos que ofereçam materiais que sejam relevantes. A escola tem como um primeiro desafio ensinar a ler e escrever de forma correta, de forma que o aluno estruture leitura e escrita de forma coerente.

Como evidencia Antunes (2014, p. 32), “o primeiro e colossal desafio da escola é ensinar a ler e escrever. de fato para o desespero de todos, não são raros os problemas e desastres que impedem que isso aconteça”. O âmbito escola deve conceder recursos para que isso aconteça.

A nova forma de gramática contempla o discurso, oralidade, a linguagem verbal e social e de forma muito abrangente o conhecimento de gêneros, e para essas determinadas atribuições são denominadas como: textualidade. A escola tem

que assumir o papel de ensinar o aluno as atividades orais nas mais diversas situações comunicativas, que de forma indubitável os estudantes devem conhecer e aperfeiçoar, “aprender” e não “decorar” para a vida em sociedade. A própria condição do aluno exige dele o domínio de muitos usos da linguagem oral.

Cabe a escola ensinar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações e etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido “treinar” o uso mais formal da fala.

A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la (Parâmetros curriculares Nacionais – PCN, 2001, p. 32).

O trabalho com a gramática deve ser centrado, o aluno deve praticar e aprender todas as implicações que estão dentro da língua, o professor deve manter-se atentos aos métodos que o ensino requer: trabalho com a oralidade, leitura e escrita, sem fugir da compreensão teórica e prática que naturalmente um professor de língua portuguesa deve ter.

O maior erro de muitos professores é manterem-se no mais absoluto ócio, esperando ordens e comandos para serem cumpridos. O educador como mediador do conhecimento deve ter discernimento da disciplina que ele ministra.

A persistência de uma nova prática pedagógica causa euforia, assim como também medo e esmorecimento, porque o novo pede atitudes tanto por todas as partes que compõe o ensino, principalmente do professor e aluno. A escola é uma instituição social e suas causas externas influenciam em como as coisas decorrem, no entanto os fatores internos da própria escola também: a falta de domínio do professor influencia no aprendizado do aluno que é o foco das mudanças.

Na diversidade da língua portuguesa e nas ações pedagógicas tendeu a forma subjacente, explícita ou implícita, nesse caso a denominação não importa, já que o intuito é o mesmo, selecionar conteúdos para trabalhar a concepção de língua na sala de aula, incluindo princípios teóricos e os fenômenos linguísticos, aliando prática e teoria, fundamentando também as bases sólidas e objetivas, os fundamentos da língua nascem da teoria para o uso.

Mas o desinteresse pela teoria pode significar também uma incompreensão do que seja “teoria” e “prática” de como uma e outra

se interdependem ou se alimentam mutuamente. Como pode significar ainda uma certa acomodação dos professores, que, passivamente, esperam que alguém venham dizer a eles o que fazer e como fazer, dispensando-os, assim do trabalho de estudar, de “estar atentos”, de pesquisar de avaliar, de criar, de inventar e reinventar sua prática, o que naturalmente supõe fundamentação teórica, ampla, consistente e relevante (ANTUNES, 2009, p. 40).

O ensino contextualizado é muito importante na educação de hoje, para o processo de interpretação, oralidade e escrita, sem falar do conhecimento gramatical que se deve ter e não ser colocado de lado para fundamentar as estruturas, ou, da escrita ou oralidade, se o motivo de estudo não for variação linguística é há necessidade de conhecimentos de gramática. Estimula o desenvolvimento individual e a coletividade dos indivíduos. Permite uma maior interação na sala de aula entre professores e alunos.

A nossa tradição gramatical remonta aos gregos, que eram apaixonados pelas questões de linguagem, talvez hoje a decadência pela qual o ensino passa faça com que a sociedade esqueça as origens das quais a língua é fruto, a língua ocidental.

O grande somatório, a grande contribuição que compete à língua, a contribuição Greco-Romana, pois os romanos também foram mais do que fundamentais também para o que é conhecido hoje, não pode ser resumido e posto de lado.

O ensino de português de certa forma é posto como algo vicioso se quem estiver ministrando aulas for uma pessoa tradicional, passa a ser uma mácula na sala de aula. Os alunos precisam deter conhecimentos em diversos pontos dentro da linguagem, ele é ambivalente quando o professor é flexível, quando o professor é arraigado de novos saberes, funcionalidades que irão servir para a vida além da sala de aula.

Antunes (2014, 46) afirma quanto a gramática contextualizada:

Uma perspectiva de estudos dos fenômenos gramaticais, uma estratégia de exploração do componente gramatical do texto, tomando como referências seus valores e funções, os efeitos que esses fenômenos provocam nos diversos usos da fala e da escrita (ANTUNES, 2014, 46).

Pode-se corroborar então um paradoxo em relação às aulas de linguagem, porém não abandona-se a gramática.

A crítica à gramatiquice e ao normativismo não significa, como pensam alguns desavisados, o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma padrão. Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio da fala e da escrita. E conhecer a norma padrão é parte integrante do amadurecimento das nossas competências lingüístico-culturais. O lema aqui deve ser: reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma padrão sem normativismo (FARACO, 2006, p. 25).

Então essa é a principal função da era da contextualização, oferecer aos alunos melhores entendimentos nas aulas de língua portuguesa, dar mais acessibilidade abrangência aos conteúdos, é um ensino mais concreto com maior funcionamento da língua, pelo fato de ser aproveitada em maiores situações.

Nessa forma de ensino os meios para o processo cognitivo são trabalhados de forma plausível, metódica, e inclusiva para muitos e para principalmente para os que creem que a gramática tradicional é excludente. A contextualização permite que o processo gramatical seja mais compreensivo, dinâmico e que esteja à disposição dos falantes.

3.2 O ensino de gramática baseados no PCN

A linguagem está presente em todos os ambientes, permeando nossos pensamentos, mediando nossas conversas e relacionamentos com outros muitos indivíduos. Nos últimos 50 anos, em especial na década de 1980 muito estudiosos, teóricos e professores de língua portuguesa sentiram os efeitos do fracasso escolar, a partir daí as críticas referentes ao ensino de língua portuguesa passaram a ser a fonte de muitas discussões do ensino. Nasceram assim então os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Em sua abordagem, os parâmetros curriculares nacionais definem que os currículos e conteúdos não podem ser trabalhados apenas como transmissão de conhecimentos, mas que as práticas docentes devem encaminhar os alunos rumo à aprendizagem. Nessa modalidade está entrelaçada a cidadania e criando condições desenvolvimento, capacidade, eficácia na linguagem usada dentro e fora da sala de aula. O PCN evidenciam: “Atualmente exigem-se níveis leitura e de escritas diferentes e muito superiores aos que satisfazem as demandas sociais”. Vê-se então a notável mudança. (PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, 2001, p. 30).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados para disseminar os princípios da reforma curricular da educação e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias que tragam mais relevâncias no ensino. Eles traçam um novo perfil para o currículo procurando maiores referências, apoiado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta; orientam os professores quanto ao significado do conhecimento escolar quando contextualizado e quanto à interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender.

No Brasil, nas últimas três décadas, o ensino de língua portuguesa na escola vem sofrendo reestruturações, passando por redefinições bastante marcantes quanto à sua concepção e aos seus objetivos. Tais mudanças têm corrido tanto no âmbito do saber acadêmico como nas propostas curriculares para o tratamento didático dos eixos que compõe o ensino de língua materna (leitura, produção de textos orais e escritos e análise lingüística) e influenciando, de uma forma ou de outra, a prática pedagógica (SILVA, 2008). Considera-se atualmente, que esses eixos didáticos estão em constante relação e que, portanto, nenhum deles constitui uma atividade à parte, o que não quer dizer que não tenham sua especificidade. (SOUZA, SOUZA, 2012, p. 47).

É uma ideia compartilhada que envolve o ensino da língua materna: deve-se possibilitar aos indivíduos melhorias de comunicação nos campos orais e escritos, nas diversidades e situações, no desenvolvimento de capacidades e na reflexão da própria língua buscando superar tradições de memorização de regras.

Essa modalidade segue orientações para o trabalho didático e melhorando as oportunidades de entendimento diretamente ligadas aos textos e sua composição, como objetivo também que os alunos disponham de uma natureza crítica em relação ao que produzem.

O conhecimento disponível na década de 60 e não somente nela, culminaram em objetos de estudos do fracasso escolar. Já nos anos 80 passaram a circular muitos estudos, e esses, passaram a ser esforços que deslocavam-se para enfatizar a forma de ensinar, descrever, escrever, ler e compreender. A divulgação dos Parâmetros Nacionais de Educação trouxe bons resultados como também muitas especulações, ignorância e falta de informação em relação às mudanças pedagógicas no ensino fundamental e médio e nas formas de desempenho.

No ensino fundamental é esperado que os alunos adquiram muitas competências com relação à linguagem, nesse caso o PCN apresentam algumas

formas esperadas como: “expandir o uso da linguagem em muitas instâncias, utilizar registros distintos, enfatizando as variedades formais, sabendo adequar as circunstâncias comunicativas, conhecer e respeitar diferentes variedades linguísticas, compreender textos orais e escritos no qual são apresentados em situações sociais diferentes.” As muitas situações comunicativas são diferenciadas de acordo com o grau de formalidade em que estão inseridas.

O modelo pedagógico atual está pautado no modelo medieval, então não foram herdadas apenas a gramática e sua teoria, as concepções de certo e errado e o domínio de habilidades de fala e de escrita, de fato que as concepções atuais são hereditárias que por mais que suscitem mudanças, as bases nas quais foram construídas não podem ser levadas pelo vento, pois seu enraizamento aceita mudanças, permite adequações e suportam críticas, mas continuam a se sustentar.

Como vimos, o estudo da língua entre os gregos e os romanos visava primordialmente o domínio das habilidades de certos tipos de fala e de escrita. A gramática entrava subordinada àquele objetivo maior, i.e., estudar gramática deveria subsidiar o desenvolvimento daquelas habilidades tidas como ideais a serem cultivadas. Desse modo, ela não era uma matéria que se esgotava em si mesma: não se tratava de estudar a gramática pela gramática, mas de refletir sobre a estrutura da língua, sobre os padrões sociais de correção e sobre os recursos retóricos com vistas a melhor manejar a fala e a escrita (FARACO, 2006, p. 21).

Muita coisa mudou com os Parâmetros Nacionais da Educação, mas a educação, principalmente no ensino público ainda está decadente, apresenta sinais de esgotamento, evasão escolar, as condições sociais ainda são determinantes ao ensino, e isso só vi acontecer quando muito projeto sair da teoria e passar a alavancar o seu verdadeiro papel, o ensino que vai da teoria à prática, que une as classes e que estimulam alunos e professores dentro da educação, dentro dos planejamentos pedagógicos. No entanto, muita coisa ainda pertence apenas ao papel.

Não adianta levantar mudanças como se levantam monumentos. As mudanças têm que ser gradativas, mas que, depois mostrem eficácia, resultados a ponto de promover no meio ao qual todos estão entrelaçados o “Santo Graal” da educação.

Um exemplo claro e objetivo pode ser constatado na página cinquenta e oito (58) dos Parâmetros Curriculares Nacionais que ao falar de práticas e aprendizado

de leitura, deixa cristalino no primeiro tópico que a escola disponha de uma biblioteca. Mas algo mais cristalino ainda é: nem todas as escolas dispõem de bibliotecas.

A nova forma de ensinar língua portuguesa faz reflexão do uso da língua e da escrita. A gramática de forma tradicional é altamente criticada e sua forma de análise está incluída no texto, mas isso não significa que não se ensina mais gramática na escola moderna, sobretudo que o estudante não precisa aprendê-la. Ela não é o único elemento usado na sala de aula, porém é crucial para a estruturação dos escritos dos alunos, assim como a fala. Marcuschi (2007) diz que:

Não resta dúvida de que a escola deve ocupar-se particularmente com o ensino da escrita, não havendo nada de errado nisso, mas é bom frisar que o domínio da língua e seu conhecimento primeiro é de natureza oral (MARCUSCHI, 2007, p. 16, 17).

A oralidade deve ser trabalhada e aperfeiçoada em cada estágio em que o indivíduo se encontra, de uma lógica e cognitiva natural, pois falar ou se apropriar da fala é algo que dar-se início quando o ser humano começa a dar seus primeiros passos. O que é importante frisar é que oralidade, leitura e escrita, por mais que, andem paralelamente juntas no contexto escolar, possuem naturezas, competências e habilidades distintas, e suas distinções devem ser trabalhadas de coerente.

3.3 A orientação dos descritores para o ensino de gramática

Atualmente o ensino na sala de aula é feito de uma forma diferente. A exigência hoje é feita através de competências e habilidades que são “trabalhadas” com os estudantes. Surgiram então avaliações externas como, por exemplo: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE dentre muitas outras avaliações externas.

Em 1997 foi desenvolvido um Manual de matrizes de referências com a descrição baseada em competências e as habilidades que os alunos deveriam dominar em cada série escolar em que se encontra. Por exemplo: o SAEB/Prova Brasil é uma avaliação realizada em função de unir os docentes e outros profissionais envolvidos a identificar as dificuldades encontradas nos estudantes.

São provas que buscam desenvolver capacidades cognitivas dos alunos e identificando suas carências.

É possível documentar, atualmente, uma série de ações que as instituições governamentais, em todos os níveis, têm empreendido a favor de uma escola mais formadora e eficiente. Tais ações, apesar de todos os seus limites, acontecem tanto na área de formação e capacitação dos professores, como na outra, não menos significativa, das avaliações. Basta referir o trabalho que resultou na elaboração e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com todos os seus posteriores desdobramentos; ou o trabalho empreendido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que objetiva avaliar o desempenho escolar dos alunos de todas as regiões do país e, a partir daí, oferecer ao próprio Governo Federal e aos Estados, subsídios para a redefinição de políticas educacionais mais consistentes e relevantes (ANTUNES, 2009, p. 21).

Os Parâmetros Nacionais de Educação (PCN) oferece aos estudantes aulas democráticas, mecanismos melhor trabalhar gramática, leitura, e escrita, no entanto o deve ser defendido também, é que os professores melhorem naquilo que pede suas atribuições como um docente atuante na sala de aula, por que, de nada adianta a luta do Governo Federal, Estados e Municípios de o próprio professor não estiver imbuído das mudanças. Muitos fatores interferem, também, na aquisição de conhecimentos por parte de muitos alunos, só que o professor deve conhecer o seu lugar que é buscar e levar conhecimentos.

No que implica ao componente curricular atualizado de Língua Portuguesa cada escola tem autonomia junto aos demais docentes que atuam nela, devem pensar e desenvolver formas de ensino voltadas especificamente para o protagonismo, participação cidadã e também qualificação continuada para poderem atuar de forma pertinente na totalidade da disciplina de forma que saibam usar os descritores nas suas produções e também avaliações que constituem novos saberes.

Toda competência está, fundamentalmente, ligada a uma *prática social* de certa complexibilidade. Não dado, mas sim a conjunto de gestos, posturas e palavras escritos na prática que confere sentido e continuidade. Uma competência não remete necessariamente, a uma *prática profissional* e exige ainda menos que quem a ela se dedique seja um profissional completo (PERRENOUD, 1999, p. 35).

Perrenoud argumenta que uma competência em tese ela precisa ser uma prática profissional, de fato, todos os seres humanos possuem capacidades que são

ou não aprimoradas ao longo da vida. Hoje existem, por exemplo: muitos profissionais que dão aula de língua portuguesa sem possuir formação na área, e de certa forma alguns se saem muito bem, só que também acontece o oposto. Existem professores que precisam melhorar muito para prover ensino de qualidade.

No quadro escolar brasileiro é mais do que necessário que aquele que ensina, domine seu conteúdo. O âmbito educacional brasileiro possui muitas deficiências que o professor deve sanar. Perrenoud aborda: “A escola seleciona e fabrica fracasso, com frequência, de maneira a esconder seu próprio fracasso”. Qual é então o papel da escola, não como estrutura física e sim como instituição mediadora do progresso? Condicionar e ser condicionada ao fracasso? Apenas se preocupar com índices? Ou acreditar que alunos de escolas públicas não são capazes de aprender? E principalmente, porque a escola pública não copia o modelo da escola privada?

Um médico, um advogado, um engenheiro que estudaram a vida inteira em escolas particulares dominam a linguagem culta, a linguagem que sua profissão pede e ainda a linguagem informal. Será que o ensino público forma apenas a classe laboriosa e o ensino privado a elite? É triste ver as discrepâncias do ensino em sua totalidade. Muitas escolas privadas adoram professores para ensino de: gramática, literatura e redação, enquanto a escola pública enfatiza noventa por cento da sua atenção ao ensino de português e matemática e os resultados ainda não são os aceitáveis.

Trabalhar descritores contemplando em sua amplitude é essencial, pode até ser o diferencial, contudo, reitero: os professores também possuem déficits. Muitos alunos possuem um processo cognitivo rápido e muitos outros apresentam dificuldades, déficits que cabe aos docentes procurar trabalhá-las para que o entendimento seja preciso e didático. Os professores que procuram atualizações e entendimentos, novas formas de saberes, com certeza têm muito a oferecer.

Os descritores que fazem relação aos procedimentos de leitura (descriptor: depreender de uma informação explícita outra afirmação implícita no texto), use-se, então, como exemplo o descriptor acima. Muitos professores não sabem o que depreender, outros confundem depreensão e interpretação e sem querer ser aqui apontar muitas críticas muitos não sabem o real significado de depreender, explícito e tampouco implícito. Dessa forma é inviável que um discente aprenda de forma

coerente e consistente na sala de aula, é muitos casos é mais fácil aprender por conta própria do que com a mediação de um professor.

É a partir do texto que se chega até a gramática. A contextualização é a junção, ou melhor, o casamento consumado: de gramática e texto trabalhadas e organizadas para a evolução das competências e necessidades comunicativas dos alunos.

Defende-se que o papel da escola é criar condições viáveis para a gramática normativa seja aceita e compreendida. Também faz parte do seu papel enriquecer e explicitar a metalinguagem, que os falantes possuem naturalmente, de forma a obter e reforçar o conhecimento natural e cultural da própria língua.

E como já foram ressaltado várias vezes, não existe falante sem conhecimento direto ou indireto de gramática. Não é isso que a os Parâmetros Curriculares Nacionais pregam, analisam a linguagem como parte do todo, destinam maiores olhares sociais aos educandos entre outras coisas.

Defendemos que o papel da escola é criar condições para que a norma padrão seja aprendida, ou seja, é seu dever enriquecer e fazer explicitar o saber metalinguístico que os falantes possuem para que possam ter acesso ao conhecimento cultural da sua língua, que foi desenvolvido ao longo de muitos anos, dentre os quais está a gramática tradicional (SILVA; PESSOA; LIMA, 2012, p. 116).

Atualmente existe uma visão armada que leva em conta a subjetividade da linguagem. Muitos acreditam que a linguagem emerge da criação individual. Isso é verdade a língua a fala é inerentemente atribuída ao homem e o processo de identificação dos códigos fazem parte. Porém, a acreditar que tendências subjetivas são donas da verdade absoluta é algo impensado. Acreditar que o uso gramatical na sala de aula é também um saber abstrato, é mais tendencioso ainda. O uso e conhecimento de gramática será algo muito útil.

Tome-se, então, como exemplos algumas questões com descritores do ensino médio. O objeto de análise serão os descritores D2 e D3. O descritor D2 possui a finalidade de estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto. Por sua vez, o descritor D3 inferir o sentido de uma palavra ou expressão. As questões abaixo fazem referência na sua lógica a textos. Contudo, a natureza da análise aqui feita, é gramatical.

D2 - No trecho "... elas logo caíram em desuso." (l. 22-23), o pronome em destaque retoma

- A) diferenças.
- B) cabeleiras.
- C) perucas.
- D) classes sociais.
- E) cabeças raspadas.

D3 - No Texto, no trecho "Isso é mentira", a palavra destacada refere-se ao trecho

- A) "precisamos dormir 8 horas por dia".
- B) "a siesta é outro tema controverso".
- C) "a soneca traz benefícios físicos".
- D) "cochilo é coisa de preguiçoso".
- E) "mas a maioria se beneficiaria".

Na primeira questão que aborda o descritor número dois o enunciado deixa claro que a palavra "elas" trata-se de um pronome, não especifica que tipo de pronome é, mas, até aí, já é uma boa parte do caminho percorrido. O descritor número três não deixa claro que a palavra "isso" trata-se de um pronome demonstrativo, é como se em alguns casos não fosse relevante o conteúdo gramatical, fosse algo incoerente, entretanto, o objetivo da gramática contextualizada é analisar a gramática dentro do texto, como já ficou evidenciado outras vezes nas muitas linhas já escritas aqui.

4 UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO/REGRESSÃO DO ENSINO DE GRAMÁTICA MODERNA COM ENFOQUE NAS TURMAS DO 6º ANO B E 1º ANO B

Ao longo do tempo pôde-se acompanhar as lutas, críticas e as supostas causas da problematização da escola. A educação na sociedade brasileira, é possível listar muitas ações que as instâncias governamentais têm suscitado. Uma das principais mudanças foi nos paradigmas educacionais. Consoante a isso, ao caos instalado na área educacional, muitos teóricos resolveram desfazer o novelo que envolvia os pressupostos educacionais na direção do ensino aplicado na sala de aula.

Mantoan (2003, p. 11) objetiva que “conforme pensavam os gregos, os paradigmas podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto”. Se os pilares que dão sustentação aos fundamentos teóricos encontram-se avariados, torna-se difícil manter a lógica natural. Dessa forma então as crenças, os princípios que estão sujeitas ao ensino, que parecem ser infindáveis começam a passar por processos de mudanças.

O que é importante salientar é que, muitas vezes, ao invés de haver progresso, e é lógico, é por isso que muitos professores lutam, a impressão que se tem, é que, o ensino está regredindo e a grande preocupação que se pode levantar e ter conhecimento, é que há uma busca por êxitos em avaliações externas, mas pouco é oferecido. A sala de aula exige muitos confrontos, no entanto ela exige também, regras que devem ser mantidas e mitos que precisam ser derrubados.

Silva, pessoa e Lima (2012, p. 17) defendem que a metalinguagem deve ser o objeto de estudo na sala de aula, pela forma como ela é desenvolvida: prática de modo consciente, é desenvolvida de forma sistemática, requer taxonomia, e é resultado de teorias sobre a linguagem.

O grande problema é que muitos docentes não têm sequer o conhecimento ou não buscam saber no que implicam essas práticas. Ser professor é buscar enraizamento e entendimento, para o uso dentro e fora do espaço escolar, mesmo que na grande maioria das vezes as condições sociais e de ambientes (localização geográfica, más condições da sala de aula) não contribuam.

Em relação à sala de aula do 6º ano B, pode-se evidenciar: uma má execução no processo de leitura dos alunos, aulas ensaiadas e uma grande devoção pelo livro didático. O livro didático é um complemento para professor/aluno, porém, não é ele quem dita às regras da sala de aula, é excelente como um material de apoio, mas não impossibilita que o professor busque mais formas de manejar a aula dentro e fora do conteúdo que deve ser seguido em cada unidade e capítulo do livro. Mas a realidade é que o livro didático é o único instrumento utilizado em muitas escolas, é como se tivesse material que inspire uma aula fora do livro.

Em relação ao ensino de gramática dentro do livro escolar, o que chama atenção, é um ensino resumido, compactado, entretanto, na sala de aula o aluno passa por cobranças exacerbadas de conteúdos gramaticais que não foram lhes apresentados: cobra-se muito, o que não se oferta.

As demandas de ensino gramatical: como substantivos, pronomes pessoais e possessivos, até o mais fácil, como a forma correta para identificar o gênero masculino ou feminino como no caso do artigo, é fraco, isso sem mencionar a cobrança para que os educandos escrevam de forma correta, usando assim uma ortografia desconhecida ainda por muitos.

Vemos, frequentemente, que a escola cobra do aluno que ele escreva certo, mas cria poucas oportunidades para refletir com ele sobre as dificuldades ortográficas de nossa língua. creio que é preciso superar esse duplo desvio: em vez de se preocupar mais em avaliar, em verificar o conhecimento ortográfico do aluno, a escola precisa investir mais em ensinar, de fato, a ortografia (MORAIS, 2010, p. 25, 26).

Gomes aplica essa crítica ao ensino ortográfico, algo que está inserido dentro do conteúdo gramatical. É determinante que a escola ofereça aulas nas quais os alunos possam ser cobrados, mas uma cobrança de algo que lhe foi ofertado. À escola, a incumbência de ensinar o que de fato faça a diferença na vida do aluno. Para salientar o que está descrito, um exemplo lógico: não adianta ensinar o aluno a ler em linguagem fácil, se as etapas estudantis pelas quais ele vai passar, irão exigir uma linguagem que ele desconhece.

4.1 O ensino de gramática moderna com análise na sala do 6º ano B da Escola Francisco Soares Mourão

No Brasil, atualmente, especificamente nos anos 80, as aulas de língua portuguesa passaram por uma radicalização, o fracasso escolar era algo evidente, leitura e escrita era algo incompreensível para mais da metade da população escolar. O ensino de língua portuguesa passou por muitas modificações ao longo do tempo, a constatação de que aluno apenas sabia codificar e decodificar levou o sistema educacional a mediar um ensino mais amplo e abrangente. Ensinar língua portuguesa assim como qualquer outra disciplina é algo que precisa de esforço, material de apoio, domínio e entendimento.

Nem todos os esforços foram suficientes para preencher os desgastes que o processo de ensino da língua materna sofreu ao longo do tempo. Ainda é muito relevante a grande quantidade de alunos que não sabem ler direito, interpretar, depreender os conteúdos que são vistos na escola.

Para um índice tão negativo, a gramática normativa é a grande vilã desse namoro de idas e vindas do ensino de língua portuguesa, pois sua natureza é composta por um ensino mecânico, onde o aluno precisa morfológica ou sintaticamente orações que o mesmo desconhece. Isso na era descontextualizada.

E hoje, qual a razão para os números em relação à oralidade, leitura e escrita ainda ser um a fonte de muita preocupação? A gramática já está contextualizada, o ensino mais democrático, os alunos possuem livros didáticos, a maioria das escolas contam com dispositivos tecnológicos, e mesmo assim a escola pública ainda sofre com, de certa forma o insucesso por partes de muitos. Na escola mencionada acima, houve um processo de intervenção, para melhorar ou reforçar todo o conteúdo gramatical, de leitura e de escrita.

É uma verdade que o aluno que está no 9º ano do ensino fundamental, se ele não aprendeu o que é um verbo na sua teoria, não sabe usá-lo de forma adequado na prática, consiga aprender corretamente em um mês, da mesma forma se aplica essa teoria ao 6º ano B. Em análise feita ao gênero textual que se estava sendo estudado na sala de aula no 6º ano B, que na ocasião era a fábula, fez-se necessário uma pergunta a classe: o que é fábula? Um aluno falou de forma coerente e segura “tia...é quando dentro da história tem algum animal que fala... e... sempre tem uma moral.” Outra aluna pulou do acento e gritou: “é quando o zanimal fala””. O educando deve ser instruído na sala de aula.

Como já foi apontado aqui dentro da linguística, não há termos certos ou errados, pois ela trabalha com adequações e inadequações, contudo, o ensino da

língua mãe na sala de aula, tem que ser mais cuidadoso e ofertar ao aluno aprendizado da gramática normativa, sempre salientado que existem gramáticas: normativa e internalizada, sem constranger o aluno, o professor deve fazer correções plausíveis, direcionado assim novas linhas de entendimento.

A sala analisada contém vinte e quatro alunos matriculados, sendo que dois foram expulsos por infrações e insubordinações graves. É uma sala barulhenta, que faltam métodos, um ensino mecânico e sem óleo nas engrenagens para facilitar o aprender.

Com isso, acontece algo que é usual e típico em muitas escolas, e que pela análise feita, apenas corrobora que muitos alunos são aprovados sem a menor noção básica de gramática, leitura, interpretação etc. Isso acarreta em um atraso de conteúdos para o educando, que ele não dominava no ano anterior, que ele não vai dominar conteúdos da série atual em que se encontra e que no ano subsequente, ele também não irá dominar os conteúdos.

Isso também gera um grande condicionamento, pois o discente acostuma-se a viver em situação de hibernação na escola, sabe que muito provavelmente irá ser aprovado, já que nos anos anteriores não foram diferentes.

Dessa forma torna-se mais fácil hibernar um ano letivo inteiro, bagunçar e tumultuar a sala de aula, como ficou óbvio no ambiente analisado do que propriamente tentar entender conteúdos cujo, o domínio é difícil e são apresentados de forma vaga pelo professor que muitas vezes também não se situa em relação ao conteúdo ministrado.

Observa-se também, que o “*Modus operandi*” é errado falam-se em avaliações diagnósticas, identificam-se muitas falhas, erros, contudo, não tem prognóstico, existe apenas um sistema de verificação e rotulação, uma vez, já mencionado, os educandos são automaticamente aprovados e empurrados sem deter conhecimentos substanciais de nada. O que pode-se entender que o professor é programado apenas para suas cinco aulas semanais e não aprofunda uma linha de conhecimento.

A escola brasileira opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem. Este fato fica patente ao observamos que os resultados da aprendizagem usualmente têm tido a função de estabelecer uma classificação do educando, expressa em sua aprovação ou reprovação (LUCKESI, 2008, p. 93).

O que se pode analisar também é o fato de que a própria escola não ensina gramática da forma como se deve ensinar, cruza os braços diante de situações que ela mesmo irá exigir níveis de conhecimento em pouco tempo, e um detalhe é que essas exigências serão feitas de maneira mais pesadas, ou seja o grau de complexibilidade será mais criterioso, sistemático em relação ao que supostamente foi ensinado e não absorvido.

Outro fator que chama atenção, são as formas de análise que são feitas, o aluno durante todo o ano letivo não conseguir atingir um somatório de pontos que o fizesse passar de ano, no entanto o indivíduo foi aprovado na disciplina de matemática, e isso foi decisivo para ingressar no ano escolar subsequente.

Se um aluno não teve capacidade de passar de ano, mas mesmo assim ele é aprovado com honra e mérito, pois passou em matemática, não absorveu o conteúdo mínimo exigido na disciplina de língua portuguesa para a sua ascensão em outra série, por que única e exclusivamente culpar apenas a gramática escolar tradicional, culpar o ensino normativo, alegando que ele é muito complexo e não contempla todas as classes? Os maiores culpados não as teorias e normas gramaticais.

Mais do que competências e habilidades, precisa-se antes de tudo, de pensamento, análise e reflexão dentro da forma de ensinar. Perrenoud (1999, p. 71) afirma que “o desafio de uma reforma do sistema educacional só será maior se ela beneficiar prioritariamente, os alunos que fracassam na escola” Não deve-se entender essa forma de benefício ao aluno, aprovando ele sem que ele esteja apto a aprovação, ou seja, sem noção e entendimentos relevantes.

Perrenoud (1999, p 71) defende também que, quando o aluno é bem dotado capital e culturalmente, e são melhor acompanhados pelas famílias, estes seguirão e trilharão um caminho, seja qual for o sistema educacional do qual a sociedade está imbuída.

As medidas que têm que ser tomadas dentro de uma sala de aula são muitas, a sala do 6° B, carece de medidas sociais e culturais, necessita do engajamento da família e da escola. Não precisa ser rotulada e estigmatizada, cabe a escola analisar e tentar reverter o quadro de fracasso.

Se de vinte alunos que estão em uma situação crítica, a escola conseguir progredir com dez, por exemplo, serão dez alunos que terão mais senso e entendimento, não dá para tirar todos de uma situação escolar, mas também não

pode-se fazer de conta que aprovando indiscriminadamente, uma solução ruim vai melhorar por si só.

4.2 O ensino de gramática moderna com análise na sala do 1º ano B da Escola Gerardo Majella Mello Mourão

A tarefa de ensinar língua portuguesa é considerada por muitas vezes um trabalho árduo, moroso e difícil. Desde os anos oitenta, a escola vem passando por um grande desafio: melhorar a educação brasileira.

Uma das maiores dificuldades das escolas públicas brasileiras é ensinar seus alunos a ler e a escrever, quebrando a barreira existente que separa os alunos de alcançar um nível de perfeição da oralidade, leitura e escrita, tal barreira reflete num índice de pessoas alfabetizadas não muito favorável.

A análise feita na sala do 1º ano começou com um discurso sobre o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, sobre o SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, e, também, sobre o plano de aula anual e as exigências feitas pela secretária de educação.

Também foi feita uma análise com relação aos alunos que estão basicamente em situação de recuperação, análise esta que deixa claro que os professores são analisados, mostrando a pressão que estão submetidos, e deixando claro o sistema de hierarquia.

Logo após as sucessões de explicações feitas pela professora, começou-se a trabalhar a redação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, com uma explicação um pouco decadente sobre o que é um texto argumentativo-dissertativo. Falou-se que dissertar é defender uma tese, que os verbos são usados em 3ª pessoa, alguns alunos, ou melhor os alunos que prestaram atenção disseram que não sabem usar um verbo em terceira pessoa e explicou-se também que a linguagem usada é a formal, e este também foi mais uma incógnita na sala de aula e por último, mas não menos importante também foi explicado que usa-se o sentido denotativo.

Se o assunto que praticamente são trabalhados durante todo o ano letivo na sala de aula são os descritores, é muito importante salientar que o ensino de gramática é abstraído na sala de aula.

Como trabalhar temas tão importantes sem ensinar regras ortográficas, concordâncias, verbos e muitas coisas mais que os alunos necessitam para um bom

desempenho das habilidades que muitos professores fingem que ensino e os alunos não fingem que aprendem? É difícil, como já foi dito no tópico acima, os alunos já chegam à sala de aula com déficits de aprendizados e que ainda são aperfeiçoados.

Para que um estudante desenvolva um bom trabalho, é essencial que ele aprenda o que são conectivos, é necessário que ele aperfeiçoe e saiba o que é coerência e coesão, que o seu o vocabulário seja rico e que saiba usar as conjunções, preposições, concordâncias, pronomes, adjetivos, sinônimos para que seu escrito não fique repetitivo e muito mais. Um exemplo de como é essencial conhecer e ter um vocabulário enriquecido é o trecho de uma questão do SPAECE no qual os estudantes não detinham o conhecimento de uma palavra.

02 – Na iminência de um temporal, o enorme tronco, que armazena grande quantidade de líquido, dá uma descarga de água para as raízes – resultado da variação atmosférica. (2º parágrafo)

O sentido do trecho grifado acima está reproduzido com outras palavras em: a) Desde que venha a cair uma forte chuva...

b) Depois de uma forte tempestade... c) Quando se aproxima uma tempestade... d) Com a força destruidora das águas... e) Para que o temporal venha com força...

Nota-se a que na sala de aula os educandos desconhecem o significado da palavra “eminência” e também de forma bem nítida os seus respectivos sinônimos. Há uma grande falha na execução do simulado, pois ele é simplesmente entregue aos alunos que não conhecem o significado de muitas palavras dentro do ou dos textos, comprometendo dessa forma qualquer entendimento e êxito na interpretação textual, uma vez que, o aluno não sabe, possui o significado daquilo que lhe é apresentado.

Nas pesquisas feitas na sala de aula já mencionada, pouco ou melhor, quase nada foi mencionado no que diz respeito ao conteúdo gramatical, o que mostra que muitas vezes a sala de aula é omissa, passa por cima de determinados conteúdos, como no caso da gramática por exemplo, ensina-se pouquíssimo o conteúdo gramatical, devido ao pensamento de muitos: a nova forma de ensinar elimina a gramática da sala de aula. Muitos daqueles que estão no comando de uma sala de aula desconhecem ou fingem desconhecer o essencial, para desenvolver o bom desempenho do seu trabalho.

Um dos primeiros conceitos que se deve deter na sala de aula, na função de professor de língua portuguesa, e de que a gramática e o seu conceito gramatical

possuem regras, só que também há a necessidades de saber o sentido das regras. Possenti (2007, p. 73) fala de dois conceitos de regras, onde um deles fala da ideia de obrigação em um sentido jurídico e um outro, traz consigo na sua natureza o sentido de regularidade e de constância. O professor tem que procurar deter o conhecimento de tais elementos.

Na ocasião também foi analisado o caderno do ENEM e a aceção dele pelos alunos, que deveriam transcrever o conteúdo para o caderno, no que se diz respeito ao que estava no caderno, ao conteúdo gramatical, é como se estivessem tendo contato com um caderno escrito em outro idioma, ou como se estivessem com um ser totalmente desconhecido nas mãos, o que neste caso não deixa de ser, já que muitas das dicas do manual não é do conhecimento de muitos.

1. Não use ele como objeto direto: use O, A OS, AS;
2. Não use ter quando significar existir: use existir, haver, correr;
3. Não use o mesmo para pessoa, para fato pode;
4. Cuidado com possuir, fornecer: referem-se a bens materiais;
5. Onde é adjunto adverbial de lugar, não pode ser sujeito,
6. Aonde cabe apenas onde couber para onde, a/para que lugar (Governo do estado do Ceará – Secretaria da Educação, 2012, p. 24).

O aluno precisa destes e outros mais conhecimentos para desempenhar uma boa redação, se a escola, que é a ponte que liga o conhecimento do professor, ao processo cognitivo do discente, se o que o professor tiver a oferecer ao seu aluno é um conteúdo fraco, os questionamentos, as interpretações e depreensões que serão feitas podem ser comprometidas por detalhes técnicos da disciplina que simplesmente foram deixados no meio do caminho.

Para que um sujeito ativo dentro do ambiente escolar escreva bem, é necessário que ele saiba diferenciar a escrita da oralidade, porque quando a escrita é pedida na sala de aula, muita não sabem estruturar a gramática, como a concordância verbal e nominal, tendo dificuldades para assim desenvolver um bom trabalho, já que não sabem usar ou diferenciar as relações da gramática oral e da gramática escrita.

A gramática é importante demais na escola, todos os professores que querem ter êxito mediante seus alunos devem apostar no bom conhecimento da gramática para que a oralidade e a escrita sejam elementos que possam se tornar mais fáceis dentro da sala de aula.

Uma outra observação que deve ser feita, é quanto ao uso dos conectivos na sala de aula. Coerência e coesão são fatores desconhecidos, muitas vezes usados de forma indireta como no caso da coesão, mas usada de forma errada. A coerência, é utilizada de forma incorreta, sendo que muitos discentes afirmam que nunca ouviram falar, o que é um grande erro que a escola comete. A grande maioria das escolas deve fiscalizar o ensino, promover formações que apresente conteúdos significantes para o aluno, e esses conteúdos deve ser mediado pelo professor.

A coerência, portanto, longe de constituir mera qualidade ou propriedade do texto, é resultado de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional (KOCH, 2010, p. 52).

A coerência é estabelecida em vários níveis como o sintático, semântico, temático e estilístico. Uma das características da coerência é que ela resulta na não contradição entre as partes do texto, e sempre é auxiliada pela coesão, ou seja a coerência é o reflexo do bom uso da conectividade que muitas vezes é posta de lado por professores que algumas vezes não estudam a fundo os conteúdos que preparam os alunos a bons resultados.

O que deve-se saber a respeito da coesão é que ela é a principal responsável por atribuir clareza, objetividade e um toque de precisão para que assim possa estabelecer as várias ligações necessárias entre o ser constituinte de uma frase, a orações de um período e também entre a paragrafação de um texto.

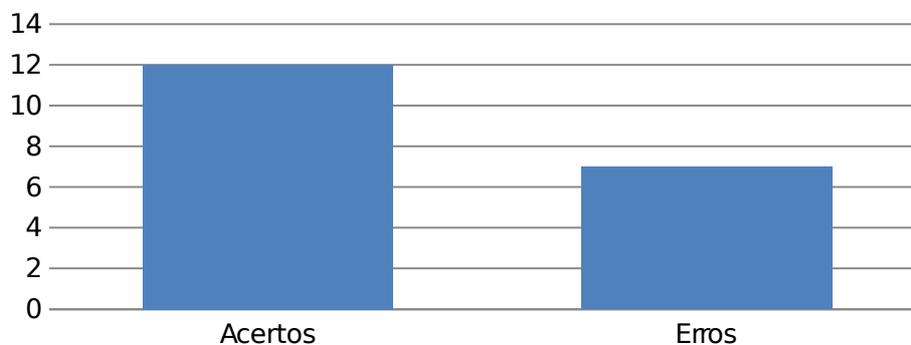
Só pode-se conhecer esses artifícios da língua, o indivíduo que conhece a gramática, a coesão é feita por: conjunções, preposições, advérbios, correlações dos tempos verbais, locuções conjuntivas entre outros. Isso faz da coesão o elemento linguístico que liga e interliga a fala e a escrita formando sequências veiculadoras de sentido.

4.3 Evolução ou regressão do ensino de gramática moderna com enfoque nas Escolas Francisco Soares Mourão e Gerardo Majella Mello Mourão

A análise feita na sala do 6° B, contou com a participação de 19 alunos. Primeiramente, pediu-se para que os estudantes escrevessem em folha de papel as palavras: pássaro, raposa, calçada, jeito, exposição, assembleia e história, depois foram aplicado um questionário para que eles respondessem perguntas simples e

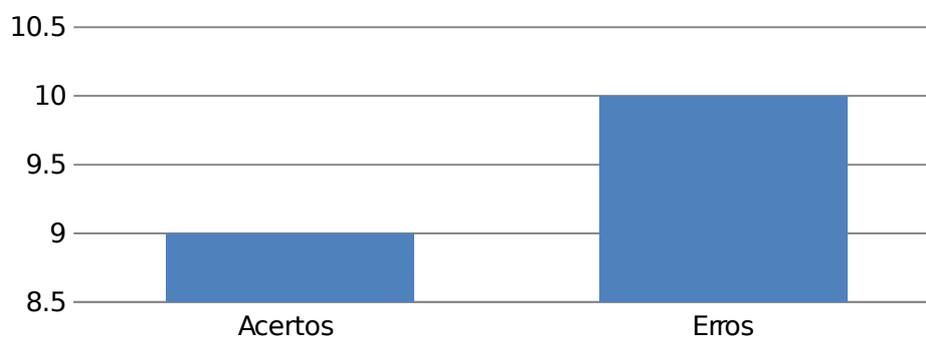
básicas que foram vistas no cotidiano escolar ao longo do ano, e que algumas delas deixaram a desejar devido a forma de ensinar.

A grafia da palavra pássaro



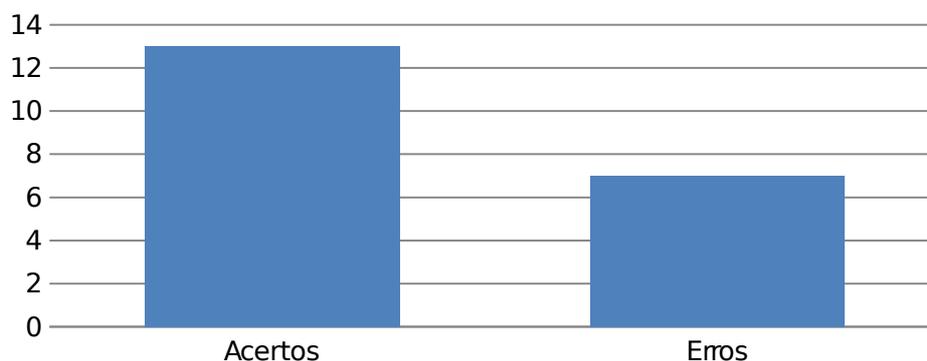
De forma aparente pode-se constatar que os erros ortográficos ainda predominam a sala de aula em questões básicas.

Grafia da palavra raposa



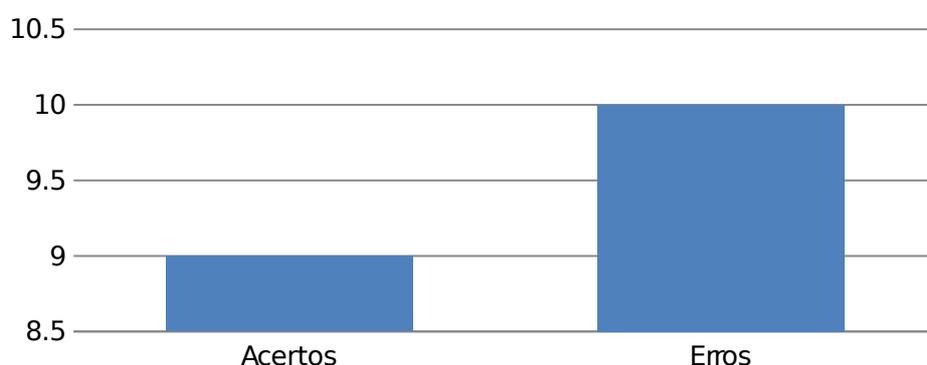
Constata-se ainda que em relação a escrita de palavras ainda há muito a ser treinado em sala de aula, para que os discentes possam aprender de forma bem substancial.

Grafia da palavra calçada



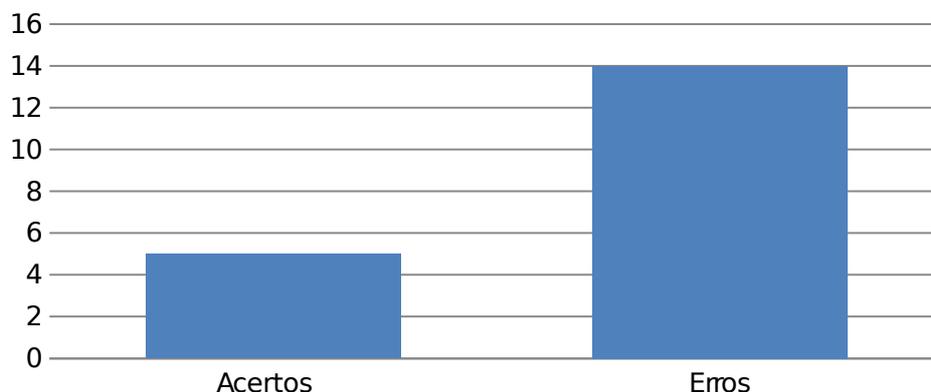
No gráfico acima percebe-se que mais da metade dos estudantes sabem escrever de forma correta a palavra “calçada”, mas que ainda uma parcela da sala de aula não sabe escrever corretamente a palavra que foi solicitada pela pesquisadora dentro do ambiente escolar.

Grafia da palavra jeito



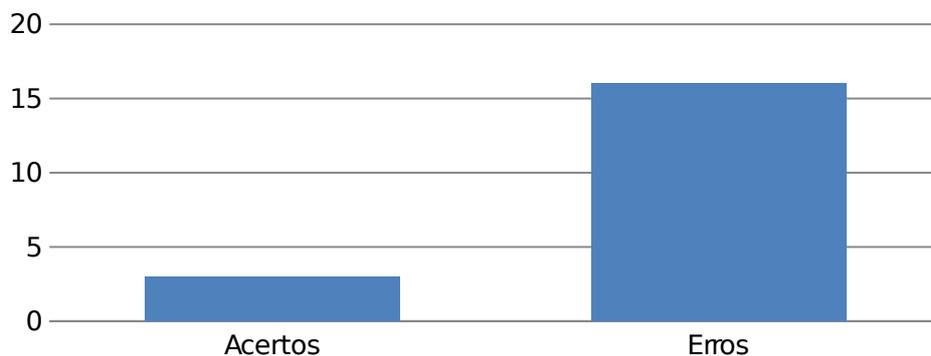
Na questão fonética ainda pode-se analisar baseado no gráfico que quando se trata de palavras com “J” e “G” existe muita confusão com relação a sua grafia. Essa questão deve ser trabalhada na escola constantemente, no universo das palavras o aluno tem que sentir confiança e saber que o que ele está escrevendo está correto.

Grafia da palavra "exposição"



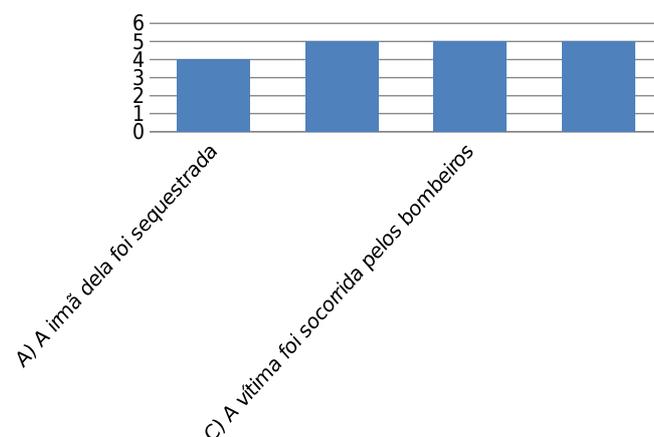
A mesma questão fonética como no gráfico anterior está presente neste gráfico, mas com um diferencial bem maior, já que o percentual de erros é bem maior do que o de estudantes que acertaram a palavra em questão.

Grafia da palavra "assembleia"



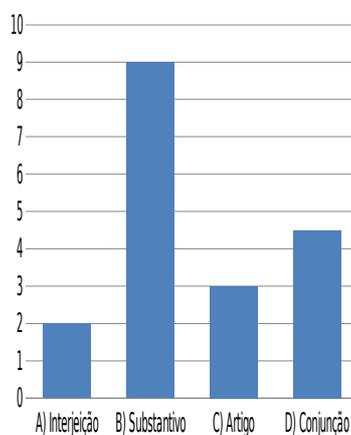
A devida forma correta de escrever a palavra “assembleia” é sem o acento agudo. Com o novo acordo a palavra “assembléia” perde o acento, porque de acordo com o novo acordo, não se acentua mais os ditongos abertos “ei” e “oi” das palavras paroxítonas.

Assinale a alternativa que contém um substantivo comum de dois gêneros



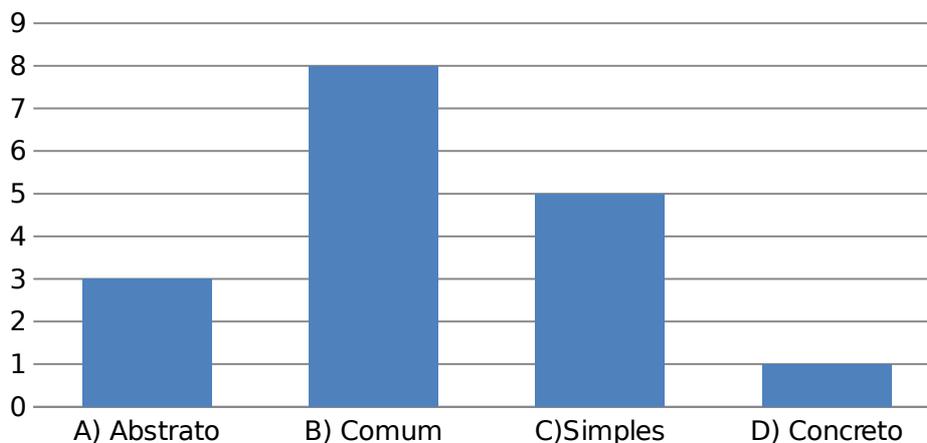
A questão correta neste caso, é a questão “D”, a palavra “cliente” é um substantivo comum de dois gêneros. São substantivos comuns de dois gêneros as palavras que possuem uma só forma tanto para o masculino, quanto para o feminino, sendo diferenciado apenas pelos artigos.

Assinale a classe gramatical (palavra ou locução) que expressa um estado emocional, exprimindo um a diversidade de sentimentos e emoções



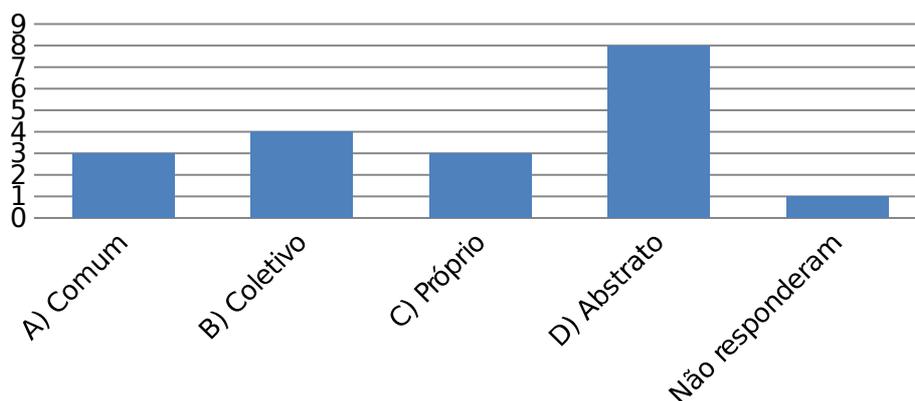
A interjeição é uma palavra invariável, ou uma espécie de palavra-frase que pode expressar emoções, estado de espírito, sensações que um indivíduo sente em um determinado momento. Neste gráfico os entrevistados mostram desconhecer o que uma interjeição.

A palavra "amor" é um substantivo?



No livro adotado no 6° B a definição dos substantivos é pouca, não se faz uma nem sequer mediana, no qual muitas questões pode-se afirmar que são respondidas de forma aleatória. O livro Jornadas.port, usado na sala de aula, fala que o substantivo abstrato é o “que dá nomes a qualidades, estados, ações, sentimentos,, sensações, que dependem de outras seres para existir”.

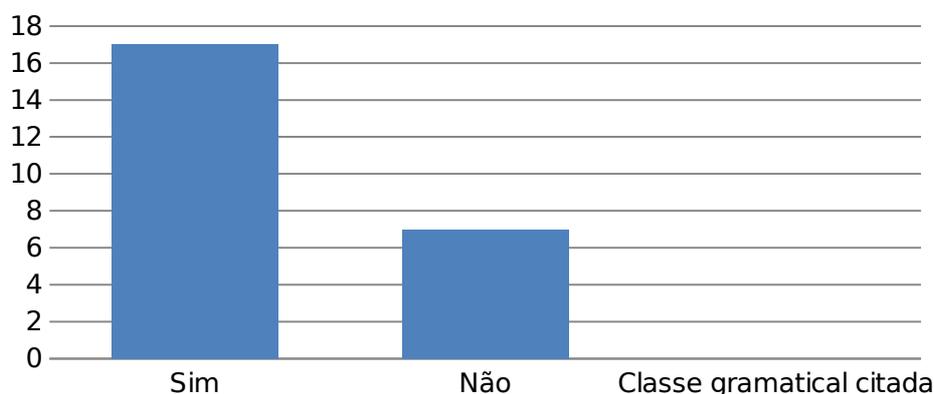
A palavra "fada" é um substantivo?



Quanto aos substantivos e sua tipificação, denomina-se substantivos concretos, os substantivos que indicam um ser de existência independente, real ou não. Neste caso pode-se classificar a fada como um substantivo concreto.

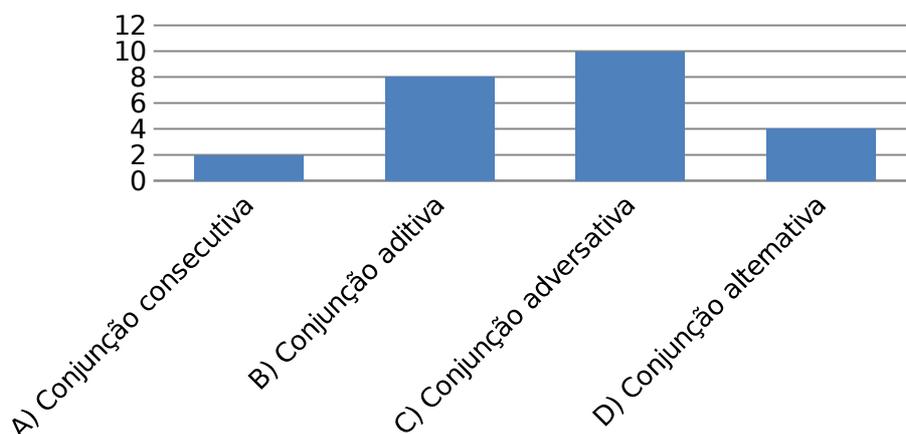
Questionário aplicado para a turma do 1° B.

Você conhece as classes de palavras? Cite uma



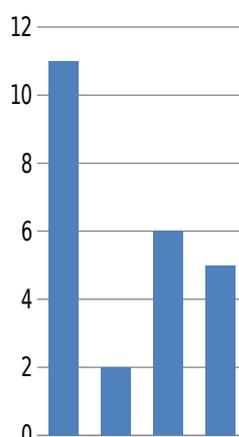
Aqui neste caso, um grande percentual marcou o item de forma positiva, dando a entender que possuem conhecimentos sobre o assunto das classes de palavras, porém no momento de citar uma classe nenhum dos entrevistados chegou a caracterizar uma classe de palavra. A forma de não citar nenhuma classe, dá a entender também, que a base de conhecimento gramatical, a estrutura é fraca, pois as classes de palavras é a base da língua portuguesa.

A conjunção "mas" pode ser classificada como:



Dos 24 entrevistados na sala de aula, 10 mostraram conhecimentos a respeito de conhecerem as conjunções adversativas, no entanto 8 dos entrevistados obviamente ainda demonstram confundir a conjunção aditiva “mais” com a conjunção adversativa “mas”.

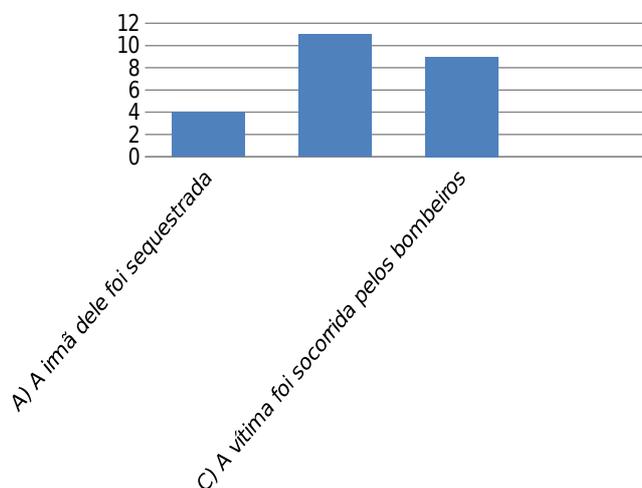
Sobre os adjetivos é correto afirmar:



A) Classe de palavras que se caracterizam por delimitar o substantivo, atribuindo-lhe qualidades, estados, aparências etc.

Neste gráfico, quase a metade dos alunos do ensino médio aparenta conhecimentos sobre o que são os adjetivos, no entanto, a maioria dos estudantes não possuem conhecimentos nem mesmo sobre a definição dos adjetivos.

Assinale a alternativa que contém um substantivo comum de dois gêneros:

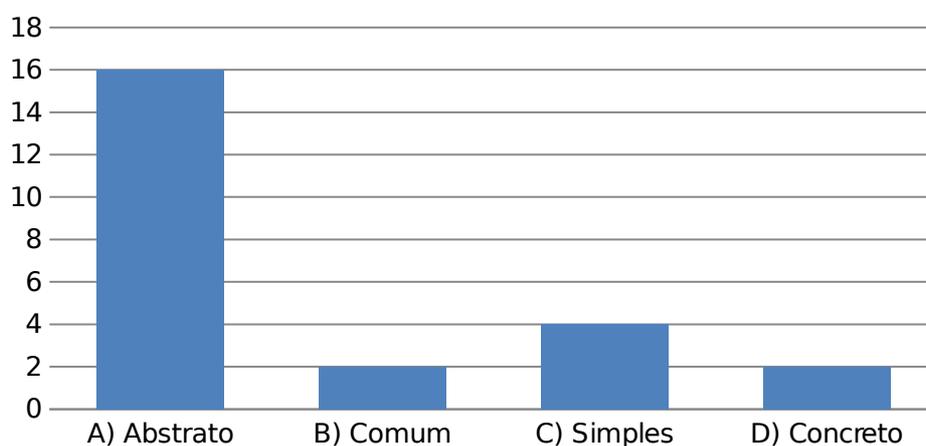


A questão correta neste caso, é a questão “D”, a palavra “cliente” é um substantivo comum de dois gêneros. São substantivos comuns de dois gêneros as palavras que possuem uma só forma tanto para o masculino, quanto para o feminino, sendo diferenciado apenas pelos artigos.

Neste gráfico, comparar-se-á e analisar-se-á como estão os conhecimentos dos entrevistados ao longo do tempo, no gráfico do 6º ano B, observa-se 5 acertos, já no gráfico do 1º ano B, nenhum acerto, ou seja, pode-se constatar, não houve

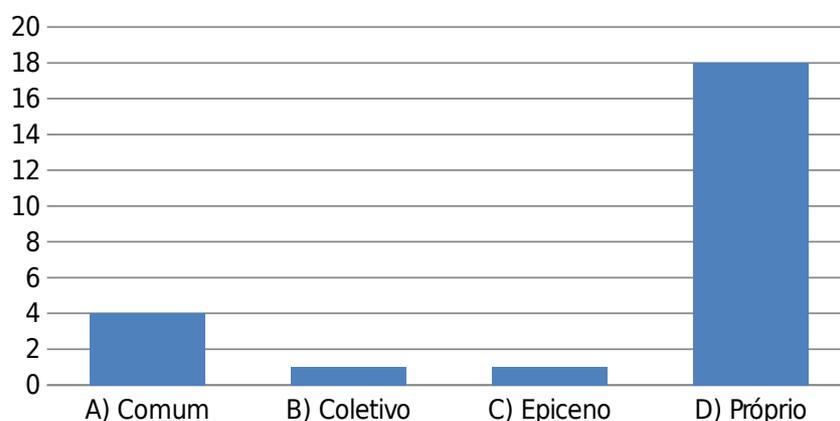
aprendizagem significativa, não houve aceção do conteúdo, e sim, alunos decorando um conteúdo em um determinado momento pertinente.

A palavra "amor" é um substantivo:



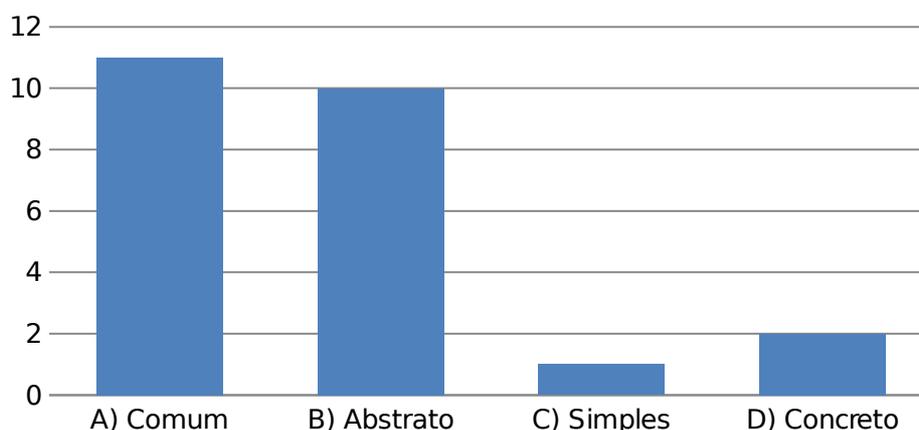
Neste gráfico, a quantidade de acertos foi em maior percentual relacionado ao gráfico do 6º ano B, que foram apenas 4 acertos. O conceito de substantivo abstrato é muito simples. Sacconi, no livro “Novíssima Gramática Ilustrada” (2010, p. 120), quanto à tipificação, conceitua o substantivo abstrato como: “Quando indica um ser de existência dependente, concebido pela nossa consciência”. Daí, de um conceito simples, pode-se perceber que o que não foi entendido nos anos iniciais do Ensino Fundamental II, pode ter sido recuperado em um outro momento.

Qual é o substantivo que dá nome aos seres em particular?



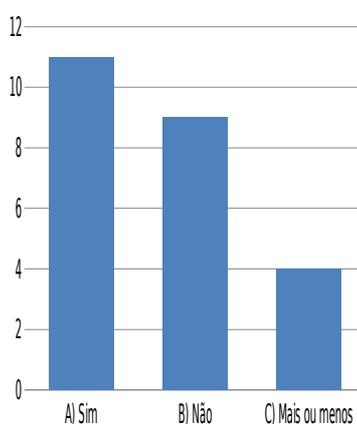
Este gráfico apresenta mais acertos do que a mesma questão aplicada no 6° B, Na sala do 6° B a metade não chegou a acertar a pergunta, já na pergunta aplicada ao 1° B, observa-se que a grande maioria acertou a pergunta.

A palavra "fada" é um substantivo?



Nesta questão houve um empate, pois as questões em relação aos dois gráficos das duas sereis aqui analisadas. A questão certa, é a “D”, e obviamente o conceito de substantivos concretos foram empregados de forma errada, pois muitos alunos acreditam de forma errônea, que substantivos concretos, são aqueles que podem-se tocar, e não é. O substantivo concreto como afirma Sacconi (2010, p. 120): “Quando indica um ser de existência independente, real ou não”.

Você gosta de ler e escrever, quando está escrevendo sabe usar corretamente os elementos de coesão e coerência? Justifique sua resposta



Dos onze alunos entrevistados, apenas doze justificaram suas respostas, algumas com erros ortográficos, outras sem coerência e também com erros

ortográficos, e para não fugir à realidade, muitos que justificaram, se igualam aos que não justificaram suas, pois não demonstram nenhum interesse pela leitura ou escrita.

Entrevistado 1 – “Sim, para que o texto ou opinião fique claro”.

Entrevistado 2 – “Eu gosto muito de escrever, mas enquanto eu uso os elementos de coerência e coesão”.

Entrevistado 3 – “Sim. Uso muitas palavras de mesmo sentido e não ter repetição”

Entrevistado 4 – “Sim? sim porque se não não tem sentido”.

Entrevistado 5 – “sim, uso os elementos de coerência”.

Entrevistado 6 – “Sim, uso bastante”.

Entrevistado 7 – “não gosto, sim, sei”.

Entrevistado 8 – “Sim. As vezes. Porque nem todos os momentos, a gente emprega como deveria ser”.

Entrevistado 9 – “mais ou menos”.

Entrevistado 10 – “Gosto de escrever e usa os elementos de coerência e coesão textual de forma certa”.

Entrevistado 11 – “mais ou menos”.

Entrevistado 12 – “Gosto sim, sei usar tudo certinho, pois leio muito”.

(Alunos entrevistados – Turma do 1º ano B.)

No caderno do ENEM, expõem-se um material que tem por objetivo ajudar os educandos a desenvolver muitas competências para a realização de uma boa redação, e neste caso, a competência número um é: “Domínio da norma padrão da língua escrita”. O que pode ser observado, é que há um número muito grande de alunos que estão alheios aos principais assuntos e conceitos de gramática, isso foi analisado, ficou evidente em ambas as salas, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio das escolas que foram o alvo da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas feitas para a completa realização deste trabalho, é correto afirmar que o ensino de gramática no Brasil, não chega a ser excludente ou difícil aprendido devido à gramática normativa. O ensino escolar ainda compreende uma grande diversidade de erros que são repetidos, desde o sistema educacional, passando pelos professores até chegar, nos alunos e suas famílias. Pode-se exemplificar de uma forma clara, como: as avaliações diagnósticas com um conteúdo meio que mascarado, os planos de intervenções que são realizados por professores que muitas vezes não dominam o assunto, as cobranças feitas a respeito de conteúdos que não foram estudados na sala de aula, etc. Muitas vezes o erro está na execução ou naqueles que aplicam a disciplina.

Quando a escola ou a sociedade passa a afirmar que a língua padrão é fruto e serve apenas para o usufruto do ensino privado ou de pessoas que gozam de um poder aquisitivo mais elevado, a partir desse momento o sistema educacional afirma que muitos estudantes não estão aptos a aprender a língua materna em suas particularidades. Mas, sabe-se que para ministrar qualquer disciplina, principalmente se esta for em muitas escolas públicas, todas as condições em que se ensinam e para quem ensinam, são mais do que relevantes.

O ensino de gramática contextualizado contempla aulas mais voltadas para o seu uso em sociedade, só que, este mesmo ensino em momento algum diz que as aulas de língua portuguesa devem excluir o ensino de gramática voltada para gramática normativa.

Esta forma de ensino é abrangente pois contempla o também o regionalismo, mas não foge as regras gramaticais que fazem parte do processo natural de aprendizado da língua materna, entretanto, muitos professores esquecem que essa é uma parte fundamental do ensino.

É importante que muitos desmistifiquem práticas que não somam ao processo de aprendizado, que deixem de lado os estereótipos que carregam consigo muito preconceito e que o sistema educacional veja a escola pública como merecedora de políticas que melhore a língua portuguesa e dê a ela independentemente da localização e de seu público o mérito que ela merece, que designe ao ensino de língua materna um professor de gramática, de literatura e de redação, pois nem todas as escolas ainda desfrutam disso.

De acordo com o que já foi afirmado, não adianta culpar apenas a gramática normativa pelo acúmulo deficiente que muitas escolas carregam, mas sim identificar as realidades que cada um traz, as famílias onde estão inseridos, os estímulos que recebem e principalmente saber que a escola pública é capaz de ensinar língua materna de forma que os estudantes possam aprender, por isso investir na execução de planos que façam diferença, em planos que tenham comprometimento e estrutura para suas finalidades e principalmente em professores que de fato sejam capacitados e não uns meros cumpridores de horário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. 8. Ed. – São Paulo, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. 1. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais. Língua portuguesa / 3. Ed.** – Brasília: A secretaria, 2001.

CEARÁ, Governo do Estado do. Secretaria da Educação, 2012.

DELMANTO, Dileta; CARVALHO, Laiz B. de. **Jornadas. port, 6º ano, 2. ed.** – São Paulo: Saraiva, 2012.

GERALDI, João Wanderley organizador; POSSENTI, Sírio [et al.]. **O texto na sala de aula**. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

JUNIOR Câmara; MATTOSO, Joaquim. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

JUNIOR, Câmara; MATTOSO, Joaquim. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. Ed. – São Paulo. – Contexto, 2010.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCUSCHI, Luiz. **Fala e escrita**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORAIS, Arthur Gomes de. **Ortografia: ensinar e aprender**: - São Paulo: Ática, 2010.

NEVES, Maria Helena Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PASSARELLI, Lilian Ghiuro. **Ensino e correção de textos escolares**. 1. Ed. São Paulo: Telos, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas SP: Mercado de Letras, 2007.

SACONNI, Luiz Antonio. **Novíssima gramática ilustrada**. 24. Ed. – São Paulo: Nova Geração, 2010.

SILVA, Alexandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana. Organizadores: SOUZA, Abda Alves de; SOUZA, Silerne Barbosa de [et al.]. **Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática ensino plural**. – São Paulo: Cortez, 2003.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. **Análise linguística nos gêneros textuais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SITES

<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5983/Ensinar> x Não ensinar gramática: ainda cabe essa questão?

<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/20/12062015122015.pdf>. A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO- LINGUÍSTICO – acessado em 15/11/2016

<http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/23/idioma23a01.pdf>

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA VISÃO Histórica, acessado em 15/11/2016

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2340/2289> Revista de estudo da linguagem – acessado em 12/12/2016

<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4744/4049/O> LEGADO GREGO NA TERMINOLOGIA GRAMATICAL BRASILEIRA. Maria Helena de Moura Neves – acessado em 11/12/2016

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2340/> Para que ensinar teoria gramatical. Luiz Carlos Travaglia – acessado em 12/12/2016

Carlos Alberto Faraco – acessado em 14/12/2016.

fatea.br/seer/index.php/janus/article/download/10/9. As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica – acessado em 17/11/2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

INSTITUTO DE FORMAÇÃO SUPERIOR DO CEARÁ – IFESC

Questionário aplicado a turma do 6º B da E.E.F Francisco Soares Mourão

Matriz de São Gonçalo – Ipueiras – CE

Responsável pela pesquisa: Maria Aparecida Veras

Idade: _____ Localidade: _____ Data: ___/___/___

1. Análise de conhecimento quanto à grafia correta de algumas palavras básicas.

1. Grafia da palavra **Pássaro**
2. Grafia da palavra **Raposa**
3. Grafia da palavra **calçada**
4. Grafia da palavra **jeito**
5. Grafia da palavra **exposição**
6. Grafia da palavra **assembleia**

2. Questões de gramática

1º Assinale a alternativa que contém um substantivo Comum de dois gêneros:

- A) irmã dele foi sequestrada
- B) Ela tem muito medo de barata
- C) A vítima foi socorrida pelos bombeiros
- D) O cliente tem sempre razão

2º A classe gramatical (palavra ou locução) que expressa um estado emocional, exprimindo uma diversidade de sentimentos e emoções:

- A) Interjeição
- B) Substantivo
- C) Artigo
- D) Conjunção

3º A palavra amor é um substantivo:

- A) Abstrato
- B) Comum
- C) Simples
- D) Concreto

4º Qual é o substantivo que dá nome a seres em particular?

- A) Comum
- B) Coletivo
- C) Epiceno
- D) Próprio

5º A palavra fada é um substantivo?

- A) Comum
- B) Abstrato
- C) Simples
- D) Concreto

APÊNDICE 2

INSTITUTO DE FORMAÇÃO SUPERIOR DO CEARÁ – IFESC

Questionário aplicado a turma do 1º B da E.E.M Gerardo Majella Mello Mourão

Matriz de São Gonçalo – Ipueiras – CE

Responsável pela pesquisa: Maria Aparecida Veras

Idade: _____ Localidade: _____ Data: ___/___/___

1.0 Questões de gramática

1º você conhece as classes de palavras? Escreva a classe de palavra que você conhece.

() sim () não

2º A conjunção mas pode ser classificada como:

- a) Conjunção consecutiva.
- b) Conjunção aditiva.
- c) Conjunção adversativa.
- d) Conjunção alternativa.

3º Sobre os adjetivos, é correto afirmar:

- A) Classe de palavras que se caracterizam por delimitar o substantivo, atribuindo-lhe qualidades, estados, aparência etc.
- B) Classe de palavra invariável que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do advérbio.
- C) Classe de palavra que vem antes do substantivo, indicando se ele é determinado ou indeterminado.
- D) Classe de palavra invariável que exprime estados emocionais.

4º Assinale a alternativa que contém um substantivo Comum de dois gêneros:

- A) irmã dele foi sequestrada
- B) Ela tem muito medo de barata
- C) A vítima foi socorrida pelos bombeiros
- D) O cliente tem sempre razão

5º A classe gramatical (palavra ou locução) que expressa um estado emocional, exprimindo uma diversidade de sentimentos e emoções:

- A) Interjeição
- B) Substantivo
- C) Artigo
- D) Conjunção

6º A palavra amor é um substantivo:

- A) Abstrato
- B) Comum
- C) Simples
- D) Concreto

7° Qual é o substantivo que dá nome a seres em particular?

- A) Comum
- B) Coletivo
- C) Epiceno
- D) Próprio

8° A palavra fada é um substantivo?

- A) Comum
- B) Abstrato
- C) Simples
- D) Concreto

Questão de cunho pessoal

9° você gosta de escrever? Quando você está escrevendo sabe usar os elementos de coerência e coesão textual? Justifique sua resposta.

ANEXOS